



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Fundo Municipal de Educação dos Palmares/PE, torna pública a abertura da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo menor preço global, Pelo regime de Empreitada por Preço Unitário nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Recebimento das propostas até: 02/02/2026 às 08:00 (Oito) horas (horário oficial de Brasília)	
Início da sessão de disputa de preços: 02/02/2026 às 08:30 (Oito e trinta) horas (horário oficial de Brasília)	
Sistema eletrônico utilizado: Bolsa Nacional de Compras – BNC	
Endereço eletrônico do sistema: http://bnc.org.br/sistema/	
Dados para contato/ WhatsApp: BNC: (42) 3026 4550	
Agente de Contratação: Maria Carolina Marques	Protocolo de Pedidos Externos: https://palmares.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5
Fone: (81) 3662-2222 (Ramal 213)	
Endereço: Sede da Prefeitura dos Palmares, Sala da CPL, Av. Visconde do Rio Branco, 1368, São Sebastião, Palmares – PE.	

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para realizar construção de Parque infantil anexo a Creche do Quilombo II.**

1.2. O regime adotado será de empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico de Engenharia – ANEXO III, que é parte integrante deste Edital.

1.3. A licitação compõe-se de item único, conforme planilha orçamentária e especificações técnicas constantes do Projeto Básico de Engenharia - ANEXO III, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço global.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A presente licitação seguirá a critério de inversão de fases.

2. DO TERMO DE CONTRATO.

2.1. As regras referentes à execução da contratação são as que constam no Termo de Contrato, ANEXO I deste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO.



3.1 O credenciamento da empresa interessada em participar da concorrência, deverá ocorrer previamente na plataforma de licitações da Bolsa Nacional de Compras (BNC), mediante a apresentação de Termo de Adesão, devidamente assinado concordando com as cláusulas do

3.2 Regulamento da BNC, disponível no endereço eletrônico www.bnc.org.br, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes do final da etapa estipulada para o cadastramento de propostas.

3.3 Para fins de credenciamento, o licitante deverá declarar conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital, devendo igualmente estar representado por pessoa munida de poderes suficientes para a prática dos atos necessários para sua participação no certame.

3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma da Bolsa Nacional de Compras (BNC) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.8 O licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

3.9 O licitante responde pela veracidade e pela exatidão das especificações dos bens e dos serviços ofertados, sendo responsável por quaisquer danos decorrentes da desconformidade do bem ou do serviço ofertado com as especificações contidas no Edital.

3.10 É também de responsabilidade do licitante, observar e cumprir a legislação aplicável aos negócios realizados.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA:

4.1 Poderão participar desta concorrência, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular na plataforma de licitações da Bolsa Nacional de Compras (BNC).

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - d) Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
 - e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação (salvos os que se enquadrarem nas Jurisprudências sobre o assunto);
 - f) Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - g) O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - h) A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - i) A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - l) Agente público do órgão ou entidade licitante;
 - m) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3 Como condição de participação da concorrência, o licitante deverá preencher com SIM ou NÃO documento constante no ANEXO II deste Edital, relativo às declarações listadas abaixo, que deverá ser anexada na plataforma de licitações da BNC, no ato do cadastro da proposta financeira, nos itens de interesse:
- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- g) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como todos os documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e documentos de habilitação inserida no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que de habilitação do licitante estarão disponibilizados para avaliação do agente de contratação.



a partir do início da sessão.

5.8 DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

- a) A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTES CERTAMES.
- b) A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Projeto Básico, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.
- c) A lei 14.133/21 prevê a inversão de fases como ferramenta capaz de promover uma escolha mais criteriosa e eficiente da empresa a ser contratada e da qualidade do objeto ou serviço licitado. Ao adotar a inversão de fases não há prejuízos quanto à igualdade de condições e à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação. A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos. É evidente que nos últimos tempos, diversas empresas sem expertise vem maculando os certames, baixando os preços de forma aleatória, e ainda sem capacidade técnica anterior, sem o conhecimento de mercado, o que acaba protelando os processos, resultando em desistências de lances habituais.
- d) A inversão de fases é uma prática meramente procedimental, não criando ou inovando em aspectos materiais ou substanciais da habilitação dos licitantes. Não se ignoram as preocupações e ressalvas feitas por grandes doutrinadores do direito administrativo brasileiro acerca do tema, sobretudo quanto à possibilidade de influência da vantajosidade da proposta vencedora, das participações de fachada e de fraudes. A administração não pode fugir do princípio básico que é a economicidade, porém não poderá fazê-la de qualquer modo, contratando com fornecedores sem conhecimento técnico e de mercado.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 No prazo designado no preâmbulo deste edital, o licitante poderá (não sendo obrigatório tendo em vista que obrigatório será a proposta reformulada) encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços expressos em moeda nacional, em algarismos hindu-arábico, até a data e hora marcadas para a sessão de Concorrência. Proposta de Preços Reformulada deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, os seguintes anexos:



6.2 Planilha Orçamentária de preços proposto pela licitante, contendo os preços unitários e totais para todos os itens;

- a) Composição de custo unitário dos preços propostos em cada item da planilha discriminando todos os insumos utilizados, bem como seus valores, assinada pelo responsável técnico da empresa;
- b) Composição de custo do BDI, assinada pelo responsável técnico da empresa, discriminando os respectivos percentuais das informações dos itens e de cada subitem que o compõe;
- c) Composição detalhada dos Encargos Sociais, compatíveis com a proposta apresentada, assinada pelo responsável técnico da empresa;
- d) Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);

6.1.1 Planilha de Orçamento dos Serviços :

- a. Planilha de Orçamento dos Serviços deste edital, deverá ser preenchida com discriminação de cada serviço, unidade de medida, quantidade, os preços unitários para todos os itens quantificados, assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome, título e registro no CREA, deverá constar de maneira legível e clara, Lei Federal nº. 5.194/66 e Resolução nº. 218/73 – (CONFEA), sem rasuras, emendas ou entrelinhas;
- b. Nos preços propostos deverão estar inclusos mão-de-obra, fardamento, EPI'S, insumos, carga e descarga, despesas de execução, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços a serem executados, bem como as despesas de conservação dos mesmos até a entrega ao Município, nos termos previstos neste edital;
- c. Os quantitativos, assim como a discriminação dos itens de serviços não poderão, sob hipótese nenhuma, serem alterados pela licitante, sob pena de desclassificação;
- d. Apresentar composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- e. Apresentar Cronograma Físico Financeiro
- f. É obrigatória a cotação dos preços para todos os itens que compõem a *Planilha de Orçamento dos Serviços*, sendo desclassificada automaticamente a que não tiver cotação para todos eles;

6.3 Composição de Custos Unitários de Serviço:

- a) Nos custos unitários deverá estar computada a Bonificação de Despesas Indiretas – BDI;
- b) A composição de custo deverá obedecer à legislação vigente e os dispositivos legais que regulam a matéria, cumprindo as determinações, prescrições normativas e orientações expedidas pelos Tribunais de Contas, respeitando os valores limites máximos determinados no acórdão N° 2622/13 do Tribunal de Contas da União (T.C.U);
- c) A composição de custos e BDI deverá representar fielmente a realidade dos serviços e serão avaliados pela engenharia da Secretaria Municipal de Educação, que a seu critério poderá impugnar os mesmos, caso não estejam de acordo com o solicitado;



- d) Composição detalhada dos Encargos Sociais, compatíveis com a proposta apresentada;
- e) A composição deverá ser apresentada em memorial descritivo de cálculo;
- f) Todas as laudas componentes do memorial deverão ser datadas e devidamente assinadas pelo representante legal da licitante e responsável técnico.
- g) As composições devem ser “preferencialmente” apresentadas no formato clássico constante em várias publicações técnicas e tabelas oficiais (TCPO, SEINFRA, SICRO, etc). Para tanto, a apresentação de outros formatos a critério do licitante, não serão motivos de desclassificação da proposta.

Exemplo:

C0843 - CONCRETO P/VIBR., FCK 25 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO - M3				
EQUIPAMENTOS (GHORARIO)				
10682	BETONEIRA ELÉTRICA 580L (CHP)	H	0,7140	13,8268
				9,8723
			Total:	9,8723
MAO DE OBRA				
12543	SERVEANTE	H	6,0000	4,8800
				29,2800
			Total:	29,2800
MATERIAIS				
10109	AREIA MEDIA	M3	0,8669	46,0000
10280	BRITA	M3	0,6270	56,0000
10805	CIMENTO PORTLAND	KG	349,0000	0,5000
11605	PEDRISCO	M3	0,2090	63,2000
				13,2088
			Total:	262,6982
Total Simples:				301,85
Encargos Sociais:				29,95
Valor BDI:				0,00
Valor Geral:				331,80

- h) Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, e caso persista o interesse da Administração, esta poderá solicitar a prorrogação da validade prevista no subitem anterior, por igual prazo.
- i) No caso de discordância entre os preços unitários e globais, prevalecerão os primeiros. No caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos, devendo a Comissão de Licitação proceder às correções necessárias.
- j) Para efeito de julgamento, não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 6.4 As exigências constantes do subitem anterior deverão ser atendidas por intermédio de arquivo a ser anexado à proposta de preços nos moldes de funcionalidade do Sistema BNC por ocasião da formalização de preços pelo licitante participante.
- 6.5 A não apresentação da exigência contida no item anterior 6.1 ensejará aplicação das sanções previstas no Edital, bem como na sua desclassificação.
- 6.6 Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório desta



licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para as quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração;

6.7 Não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações às propostas após a sua apresentação e aceitabilidade;

6.8 Após o encerramento da fase de lances, a arrematante deverá encaminhar obrigatoriamente a **PROPOSTA READEQUADA**, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento da disputa de lances dos itens, redigida em papel timbrado da licitante e **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Planilha Orçamentária de preços proposto pela licitante, contendo os preços unitários e totais para todos os itens;
- b) Composição de custo unitário dos preços propostos em cada item da planilha discriminando todos os insumos utilizados, bem como seus valores, assinada pelo responsável técnico da empresa;
- c) Composição de custo do BDI, assinada pelo responsável técnico da empresa, discriminando os respectivos percentuais das informações dos itens e de cada subitem que o compõe;
- d) Composição detalhada dos Encargos Sociais, compatíveis com a proposta apresentada, assinada pelo responsável técnico da empresa;
- e) Composição detalhada do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);

6.9 A não apresentação da exigência contida no item anterior **6.6**. ensejará aplicação das sanções previstas no Edital, bem como na sua desclassificação.

6.10 Logo após o encerramento da sessão de disputa de lances será feita a aferição se consta a composição da planilha com a proposta de preços inicial da licitante arrematante.

6.11 Deverão estar incluídos nos preços todos os custos da mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, contribuições, transportes, fretes e quaisquer outros custos ou despesas que incidam sobre a prestação do objeto a ser contratado.

6.12 Os preços finais (unitários e totais) ofertados não poderão ultrapassar os preços unitários e totais máximos fixados neste Edital.

6.13 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

6.14 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.15 A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da Concorrência, independentemente de declaração do licitante.



- 6.16 O critério de aceitabilidade dos preços (unitário e global) proposto pelos licitantes será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado coerentes com a execução do objeto licitado, acrescido dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas (BDI).
- 6.17 São considerados como limites máximos para os preços ofertados os seus correspondentes preços unitário e global constantes na Planilha de Orçamento de Serviços – elaborada pela Prefeitura Municipal, a qual integra o Edital.
- 6.18 Serão DESCLASSIFICADAS as propostas comerciais que apresentarem preços unitário e global superiores aos seus correspondentes estabelecidos na Planilha de Orçamento de Serviços, que integra este edital.
- 6.19 A análise e julgamento das propostas observarão o cumprimento, pelos licitantes, das exigências previstas neste Edital, e será procedido de acordo com o tipo da licitação – MENOR PREÇO GLOBAL, o qual será aferido em obediência ao seguinte CRITÉRIO:
- 6.19.1 **O valor global máximo admitido é de: R\$ 614.960,12 (seiscentos e quatorze mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos).**
- 6.19.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.20 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.21 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.1.1 Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação dos proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo de recurso conforme detalhado no item específico deste edital, e só após a conclusão da fase recursal se iniciará a fase de julgamento de propostas.



7.2 O Agente de Contratação verificará as propostas cadastradas diretamente no sistema (digitadas), desclassificando desde logo aquelas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que seja insanável.

7.2.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.2. Também será desclassificada a proposta digitada nos campos do sistema que identifique o licitante na especificação de seu objeto, marca e modelo.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será o definido na Plataforma da Concorrência Eletrônica;

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.9.1. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.

7.9.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9.3. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo agente de contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 15 deste Edital.

7.10. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”.



MODOS DE DISPUTA:

1 MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

I. No modo de disputa aberto e fechado os licitantes apresentarão lances públicos os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

II. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 minutos e, após isso, encerrado o prazo de 15 minutos, inicia-se o período aleatório de até 10 minutos, com fechamento iminente dos lances.

III. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa aqueles com valores até 10% superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.

IV. Não havendo no mínimo 3 ofertas, nas condições do subitem anterior, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final e fechado. Ou seja, chamam-se mais 3, se houver.

V. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.

VI. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a agente de contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item IV.

VII. Facultativamente, a agente de contratação poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, a agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

VIII. O sistema informará a proposta de maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela agente de contratação acerca da aceitação do lance de maior desconto

IX. No caso de desconexão com o agente de contratação no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

X. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), (<https://bnccompras.com/Home/Login>), quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

XI. O critério de julgamento adotado será menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

XII. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

XIII. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

XIV. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021, as regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei nº 14.133/2021.



Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.:

XV. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

XVI. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação/comissão do certame deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

XVII. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

XVII. Após a negociação do preço, o agente de contratação/comissão do certame iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.20. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 2) empresas brasileiras;
- 3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



- 7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.24. O Mapa de Apuração do Sistema, e/ou Relatório Final de Vencedores, não substituirá a proposta realinhada.
- 7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.2. O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 8.1 Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.
- 8.2 O licitante classificado em primeiro lugar terá até 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do agente de contratação no sistema, para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.
- 8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.
- 8.5 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi- integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será



convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

g) Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

h) Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

i) Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

j) Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

k) Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

l) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

m) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

n) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

o) Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

p) Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

q) Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

r) Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



s) No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

t) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

u) Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 É facultado ao agente de contratação/comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

8.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo agente de contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo agente de contratação/comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12 Também nas hipóteses em que o agente de contratação/comissão não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.14 o Agente de Contratação Poderá Solicitar Pareceres Técnicos e/ou Jurídicos para melhor análise da aceitabilidade da Proposta.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1 Em razão da inversão de fases, a sessão será aberta com a verificação dos documentos de habilitação dos proponentes. Decidida a habilitação/inabilitação, haverá prazo de recurso conforme detalhado no item específico deste edital, e só após a conclusão da fase recursal se iniciará a fase de julgamento de propostas.



9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO que IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.3.1. Possuir Cadastro no (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS);

9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.3.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.3.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3.6. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.



9.4.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do (BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS), para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.3 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato de inscrição, devidamente registrado na Junta comercial, consolidado ou com alterações, se houver, em se tratando de empresários individuais.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as suas alterações ou o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor, com as alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de Sociedade por Ações.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Tratando-se de procurador, além dos documentos exigidos nos itens a, b, c, d, com indicação dos poderes do mandante para outorga, o instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
- f) Documento oficial de identificação que contenha foto do representante do licitante;

9.3.1 O Objeto Social da(s) empresa(s) participante(s) desta Concorrência deverá(ão) ser igual ou similar ao que dispõe este Edital.



9.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União** expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de **Certidão de Regularidade Fiscal - CRF** emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de **Certidão de Regularidade Fiscal Municipal** emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.
- f) **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

9.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.5.1 **Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. **Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário);**

9.5.2 **Balanco patrimonial dos dois últimos exercícios;**

9.5.2.1 Balanco patrimonial dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, o que será verificado através do cálculo dos seguintes índices:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC)

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

- Índice de Liquidez Geral (ILG)



$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

- Grau de Endividamento Geral (GEG)

$$GEG = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}} \leq 1,00$$

9.5.2.2 Os balanços e demonstrações contábeis devem ser acompanhados dos termos de abertura e encerramento, livros registrados e devidamente autenticados pela Junta Comercial, conforme preceituam o Código Civil e a Instrução Normativa nº 102/2006, do Departamento Nacional de Registro Comercial – DNRC.

9.5.2.3 Os balanços e demonstrações contábeis devem ser assinados pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em todas as páginas.

9.5.2.4 Para as empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima ou por Ações, o balanço deverá ser apresentado em publicações do Diário Oficial e registrado no órgão competente (art. 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei Nº 6.404/76), devendo ser apresentado o balanço referente ao exercício social já exigível, conforme preceitua o art. 132 da Lei 6.404/76.

9.5.2.5 Para as empresas constituídas sob as demais formas societárias, o Balanço deverá ser apresentado devidamente assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e por um diretor, na forma da Lei.

9.5.2.6 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência contida no item a) mediante a apresentação de balanço de abertura ou do último Balanço Patrimonial e demonstração do resultado levantados conforme o caso.

9.5.2.7 Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – SPED Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 –A, §1.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

9.5.2.8 Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, acompanhada de certidão contendo a indicação dos cartórios da Comarca competentes para a sua emissão, salvo em se tratando de Cartório Único ou de Central de Distribuição, com essa indicação contida na própria Certidão.

9.5.2.9 JUSTIFICATIVA: Os referidos índices de liquidez e grau de endividamento geral, são suficientes para a avaliação da situação financeira das empresas, no que se refere aos demonstrativos sujeitos à análise econômico-



financeira (Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado de Exercício). Desse modo, com base nos índices retro mencionados, poderá ser avaliada a situação financeira da empresa, objetivando comprovar a sua capacidade de saldar os compromissos decorrentes de futuras contratações.

9.6 Nos termos do artigo 58 da Lei Federal n.º 14.133/2021, apresentar Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, pelo valor estabelecido de R\$ 6.149,60 (seis mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos) sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021..

9.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região onde a empresa tiver sede, devidamente atualizado;
- b) Capacitação técnico-operacional: Para atendimento à qualificação técnico-operacional, além da prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto, apresentar um ou mais atestado(s) da região onde os serviços foram executados que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, Apresentados no(s) atestado(s) relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo:

- 1. Piso sintético/ Piso emborrachado/ Piso vinílico;**
- 2. Grama sintética;**
- 3. Piso de concreto;**
- 4. Poste metálico;**
- 5. Pavimentação em intertravado.**

Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) pelo licitante em seu próprio nome;

- c) Capacitação técnico-profissional: Comprovação de que a Licitante possui em seu quadro comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviços relativos a:

- 1. Piso sintético/ Piso emborrachado/ Piso vinílico;**
- 2. Grama sintética;**
- 3. Piso de concreto;**



4. Poste de aço galvanizado;

5. Pavimentação em intertravado.

Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) pelo licitante em seu próprio nome;

- No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente.
- No caso de profissional (is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços ou declaração de compromisso, firmado(s) anteriormente à sessão de abertura de propostas entre a licitante e o(s) profissional(is) em questão. ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante, comprovado através da Certidão de Registro Pessoa Jurídica e/ou Certidão de Registro de Pessoa Física, expedida pelo CREA.
- Ou declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do mesmo. A contratada deverá apresentar declaração de que o engenheiro preposto ou responsáveis técnicos indicados irão compor o quadro técnico durante a execução do objeto. Esta declaração deverá estar contida na habilitação.

d) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do(s) profissional(ais) indicado(s) para a execução dos serviços;

e) Atestado de Visita e/ou Declaração de conhecimento do objeto e condições dos locais dos serviços, de acordo com modelo(s) estabelecido(s) no(s) Anexo(s) do Edital;

e.1) As empresas interessadas nesta licitação poderão (facultado) visitar e examinar o(s) local(is) do(s) serviço(s), e obter para si, às suas expensas, sua responsabilidade e risco, todas as informações e verificações que possam ser necessárias para a elaboração de suas propostas, não podendo as licitantes, em hipótese alguma, propor modificações nos preços, prazos ou condições estipuladas, alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a influência de dados e/ou informações sobre o local dos serviços;

e.2) A visita técnica deverá ser realizada por representante(s) legal(is) e/ou responsável(eis) técnico(s) da licitante;

e.3) Ao término da visita será expedido o Atestado que comprove sua realização, de acordo com o modelo previsto no ANEXO IV, que deverá ser anexado aos documentos de “habilitação”;

e.4) As empresas que julgarem da não necessidade de realização da visita técnica conforme subitens anteriores, deverá apresentar Declaração, de acordo com o modelo previsto no ANEXO VI, devidamente assinado por seu representante(s) legal(is) e/ou responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto e condições do(s) local(is) dos serviços, que deverá ser anexado aos documentos de “habilitação”

9.6.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.6.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada



para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.6.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.6.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.6.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.6.7 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.6.8 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item (s) de menor (s) valor (s) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.6.9 A documentação exigida para comprovar a habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser substituídas pelo registro cadastral da Prefeitura Municipal dos Palmares, Caso Detenha.

9.6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.7 OUTRAS COMPROVAÇÕES.

9.7.1 **Declaração** de ME/EPP caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo II;

9.7.2 **Declaração** de Pleno Atendimento;

9.7.3 **Declaração** de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

9.7.4 **Dados comerciais para elaboração de contrato da vencedora da concorrência**, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo VII;

9.7.5 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.7.6 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



9.7.7 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.7.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.7.10 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.7.11 O Agente de Contratação, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.7.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.7.14 Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação ainda na sessão, obedecendo o prazo disposto no subitem 7.2. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – Plenário).

9.7.15 O disposto previsto no subitem anterior, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 – TCU – Plenário)

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:



- 10.2 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 10.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 10.6 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.7 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.8 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.9 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.10 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS:

- 11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste durante a sessão eletrônica no SISTEMA ELETRÔNICO - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC <https://bnccompras.com/Home/Login>, a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (s) decisão (s) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao agente de contratação/comissão verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.3 Nesse momento o agente de contratação/comissão não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 11.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;
- 11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



11.8 Apresentado o recurso e as contrarrazões, a autoridade competente terá, a partir de então, o prazo de até 10 (dez) dias úteis para analisar e emitir decisão sobre o tema.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados através do CHAT DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório;

12.4 A convocação quando optada a ser feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor para cada item sob disputa, por ato do agente de contratação/comissão, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento;



14.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021.

14.7 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

14.8 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts 137 à 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 124 e 126 da mesma Lei.

14.9 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no Termo de Referência.

14.10 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.11 Na hipótese de irregularidade do registro no Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

14.12 Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Contrato.

14.13 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:

15.1. Os preços contratados são fixos e irrealizáveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data de elaboração do orçamento da Administração Pública. Entretanto, caso a execução dos serviços ultrapasse esse prazo, será aplicado reajuste exclusivamente sobre as etapas ou parcelas do empreendimento executadas após o referido período, com base no **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC**, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice que venha a substituí-lo, observando-se o cronograma físico-financeiro inicial. O reajuste será devido apenas quando a postergação da execução decorrer de prorrogação contratual justificada e aceita pela Administração, ou de fatos supervenientes não atribuíveis à Contratada, devidamente comprovados nos autos.

15.2 O valor do reajustamento será determinado através da utilização da seguinte fórmula: $R = Vx(I1 - I0)/I0$



Onde:

R - reajustamento procurado;

V - Valor contratual das obras/serviços a ser reajustado;

I1 - Índice relativo ao mês de aniversário do orçamento da Administração;

Io - Índice correspondente ao mês da elaboração do orçamento da Administração.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e na minuta do Contrato.

18 DO PAGAMENTO:

18.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da FOLHA DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS contendo o detalhamento dos serviços efetivamente executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata a Lei Federal nº14.133/2021 ser efetuados no prazo de até 05 dias úteis, contados da data da apresentação da MEDIÇÃO, referente ao período de adimplemento de cada parcela;

18.2 Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição aprovada, acompanhada da Planilha de Medição de Serviços e de memória de cálculo detalhada.

18.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

- a) Uma vez ao mês, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada, com base nos preços unitários previstos no contrato e nos quantitativos apurados.
- b) Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.
- c) A Contratante terá o prazo de 08 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas.
- d) A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.
- e) A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.



- f) O pagamento somente será efetuado após o “Atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento.
- g) O “Atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, de acordo com a Folha de Medição aprovada, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
- h) Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Licitantes - SICAF;
- i) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei Federal nº 14.133/2021;
- j) O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “Atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.
- k) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.6 Antes de cada pagamento à contratada, deverá ser analisada a regularidade e a manutenção das condições de habilitação da empresa mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e à documentação mencionada na Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à contratada a apresentação da documentação.
- 18.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 10 dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência



de pagamento a ser efetuado para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação jurídico-fiscal- trabalhista.

18.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada em situação irregular jurídico-fiscal-trabalhista.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

18.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

18.12 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante/adjudicatário/contratado que, com dolo ou culpa:

- a) Não assinar Contrato;
- b) Não apresentar a documentação exigida no Edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Declarar informações falsas;
- i) Cometer fraude fiscal.
- j) As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



19.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) multas conforme as seguintes infrações e gradações:

1% (um por cento) sobre o valor dos itens, por dia de atraso na entrega dos itens que forem solicitados, limitada ao total de 10% (dez por cento);

15% (quinze por cento) sobre o valor dos itens que forem entregues em desconformidade com as características definidas no Termo de Referência ou com as quantidades solicitadas pela Administração;

20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens sob disputa ou para os quais sagrou-se vencedor, em sendo constatado o cometimento de quaisquer das infrações definidas nos itens 20.1.1, 20.1.3, 20.1.7, 20.1.8 e 20.1.9;

10% (vinte por cento) sobre o valor dos itens sob disputa ou para os quais sagrou-se vencedor, em sendo constatado o cometimento das infrações mencionadas nos itens 20.1.2, 20.1.5 e 20.1.6, exceto, em relação a este último item, se o desrespeito aos termos da proposta ocorrer em razão da entrega de itens sem as especificações obrigatórias, hipótese na qual será aplicada a hipótese do item

2.4.2.2 deste Edital.

19.3 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: Advertência; multa e impedimento de licitar e contratar.

19.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.



19.20 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.21 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.22 As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos portais devidos.

19.23 As sanções observarão também o que consta no Termo de Referência/Projeto básico.

20 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

20.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio, no endereço eletrônico <http://bnc.org.br/>.

20.3 A resposta à impugnação será efetuado em sítio eletrônico oficial da Concorrência (<http://bnc.org.br/>) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

20.4 Caberá ao agente de contratação/Apoio, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (Três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.5 A decisão do Agente de Contratação sobre o julgamento da impugnação será comunicada ao licitante interessado, preferencialmente, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas, podendo tal comunicação ser feita na própria sessão de abertura, fazendo-se o registro no "chat".

20.6 Acolhida a impugnação, havendo necessidade de alterações, aplicar-se-á o disposto no art. 21 do Decreto Municipal nº 797/2022.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/comissão, nos autos do processo de licitação.

20.8 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao agente de contratação/comissão, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.9 O agente de contratação/comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.10 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



- 21.1 Da sessão pública da concorrência divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.
- 21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação/comissão.
- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.3 No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação/comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://bnc.org.br/> e <https://transparencia.palmares.pe.gov.br/app/pe/palmares> poderão ser Consultados Também através de Protocolo de Pedidos Externos <https://palmares.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5> ou no Departamento de Licitações da Prefeitura dos Palmares, nos dias úteis, no horário das 08h às 12h.
- 21.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Minuta – Termo de Contrato;

ANEXO II – Declarações;

ANEXO III – Memorial Descritivo (Projeto Básico)

ANEXO IV – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memória de Cálculos, Cálculo do BDI.

Palmares, data da assinatura eletrônica.

ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO Nº 0xx/2025

Ref.:
Processo Licitatório nº 038/2025
Concorrência Eletrônica nº 013/2025

Termo de Contrato de prestação de serviços de engenharia que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES** e a Empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Fundo Municipal de Educação dos Palmares, com sede na Praça Ismael Gouveia, nº. 270 – Centro, nesta Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.608.720/0001-62, representado neste ato pela Secretária Executiva Municipal de Educação, Sra. Elizângela Maria das Neves Lopes, brasileira, residente e domiciliada à Rua Cônego Henrique Xavier, 536, Santa Luzia, nesta cidade, portador da cédula de identidade (RG) nº. 5.154.672- SDS/PE e CPF nº. 021.037.354-71; doravante denominada CONTRATANTE, e como CONTRATADA:

DADOS DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL: xxxxxx
INSCRIÇÃO NO CNPJ: xxxxx
ENDEREÇO COMPLETO: xxxxxx
e-mail: [xxxxxx](#)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: xxxxxxx
CARGO QUE OCUPA: xxxxxxx
ESTADO CIVIL: xxxxx
RG Nº: 7xxxxxxxxxxxxxxxxx
ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
NACIONALIDADE: xxx
PROFISSÃO: xxxxxx
CPF Nº: xxxxx

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº 038/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para realizar construção de Parque infantil anexo a Creche do Quilombo II**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MÁRIÁ DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560



documentos técnicos que se encontram anexos ao instrumento convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao instrumento convocatório pertinente a Concorrência Pública Eletrônica nº 013/2025 e seus anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1 **O prazo de vigência será de 12 (doze) Meses**, contados da data da Ordem Inicial de Serviços, quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

2.2 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.3 **O prazo de execução dos serviços é de 03 (três) meses**, contados do recebimento da Ordem Inicial de Serviço, observado o cronograma fixado no Projeto de Engenharia.

2.4 A emissão da Ordem de Serviço está condicionada à existência de disponibilidade financeira.

2.5 A eventual reprovação dos serviços, em qualquer fase de execução, não implicará alteração do prazo, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

2.6 É proibido o retardamento imotivado da execução das obras ou serviços, ou de suas parcelas, salvo em razão de insuficiência financeira ou de comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado do ordenador de despesas, mediante notificação à CONTRATADA.

2.7 A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato, formalizada por meio de termo aditivo, será precedida da correspondente adequação do cronograma físico- financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor global da contratação é de R\$ (...) (...).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém serão passíveis de reajustamento, na forma das Leis Federais nº 9.069, de 29.06.95 e nº 10.192/2001 de 14.02.2001. No entanto, caso o prazo previsto para execução dos serviços ultrapasse 12 (doze) meses, os preços serão reajustados com base no Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, afetadas exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cuja execução se deu a partir daquele interregno em razão do próprio cronograma inicial ou por força de vicissitudes supervenientes não decorrentes de culpa da CONTRATADA. O valor do reajustamento será determinado através da utilização da seguinte fórmula:

$$R = Vx(I1 - I0)/I0$$



Onde:

R- reajustamento procurado;

V- Valor contratual das obras/serviços a ser reajustado;

I1 – Índice relativo ao mês de aniversário do orçamento da Administração;

Io – Índice correspondente ao mês da elaboração do orçamento da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

12.365.1206.1225.0000 COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - VAAT - DESPESA DE CAPITAL - 15% - CHECHE

12.365.1206.1226.0000 COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - VAAT - DESPESA DE CAPITAL - 15% - PRÉ ESCOLA

12.361.1206.1224.0000 COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - VAAT - DESPESA DE CAPITAL - 15% - ENS. FUNDAMENTAL

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da FOLHA DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS contendo o detalhamento dos serviços efetivamente executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 05 dias úteis, contados da data da apresentação da MEDIÇÃO, referente ao período de adimplemento de cada parcela, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição aprovada, acompanhada da Planilha de Medição de Serviços e de memória de cálculo detalhada.

5.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

- a) Ao final de cada mês da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
- b) Juntamente com a primeira medição, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social e a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução. *(Quaisquer alterações contratuais, ou Aditivo deverá a empresa providenciar Nova ART indicando as alterações junto ao Orgão Fiscalizador – CREA-CAU).*

5.4 A CONTRATANTE terá o prazo de 08 dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas.

5.5 A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades.



contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

5.6 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.

5.7 O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

- a) Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- b) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.
- d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.8 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

5.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do



contratado, conforme exigido no instrumento convocatório;

- 4) Certidão de Regularidade do FGTS
- 5) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual – CRF; e
- 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.11 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, junto ao SICAF ou através da análise da documentação entregue, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 10 dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação jurídico-fiscal-trabalhista.

Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA em situação irregular jurídico-fiscal-trabalhista.

5.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

5.16 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.17 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar n. 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 A CONTRATADA, após a assinatura do Termo de Contrato e antes da Ordem Inicial de Serviço, prestará garantia no valor correspondente a 5% do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de 03 meses após o término da vigência contratual.

6.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



- b) Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d) Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

6.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

6.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em banco oficial indicado pela CONTRATANTE, com correção monetária.

6.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.6 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

6.7 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

6.9 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 dias úteis, contados da data em que for notificada.

6.10 A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE;
- d) Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- e) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

Será considerada extinta a garantia:

f) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

g) No prazo de três meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2 O Fiscal da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



7.3 A verificação da adequação da prestação CONTRATADA deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

7.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

7.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.6 A fiscalização da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

7.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

7.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro; Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

8.5 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.6 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município de Palmares para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;



8.8 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento dos serviços e notificações expedidas;

8.9 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- e) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- f) A reparação dos vícios verificados, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE na Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta;

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

9.7 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades CONTRATADAS;

9.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

9.9 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descrito neste instrumento contratual;



- 9.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 9.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento;
- 9.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de execução dos serviços para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 9.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 9.16 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 9.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.19 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.20 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.21 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.22 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.23 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e 12.378/2010);
- 9.24 Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.25 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;



Assegurar à CONTRATANTE:

9.26 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.27 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.28 Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto de Engenharia e este Contrato, no prazo determinado.

9.29 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.21 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro Fiscal preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.22 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto de Engenharia e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

9.23 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

9.24 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto de Engenharia e demais documentos anexos;

9.25 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

9.26 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos



técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.27 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Projeto Executivo e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.28 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado, conforme exigido no instrumento convocatório; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.29 Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

9.30 Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei 12.846, de 2013, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta;
- g) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;





h) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no Ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

i) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

11.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

11.3 Também fica sujeita às penalidades da Lei Federal nº 14.133/2021 a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1 O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço Unitário;

12.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.3 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.4 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

12.5 O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

- Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.2 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3 A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.4 Após tal inspeção, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, em 02 vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

14.5 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.6 O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

14.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 dias anteriores à exaustão do prazo.

14.8 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Onze.

15.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia ampla defesa.

15.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº14.133/2021;

15.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:



- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município – DOM, Diário Municipal dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Palmares/PE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos CONTRATANTES. Caso Optem por Assinatura de forma digital, e conforme a MP 2.200-2/01, Art.10º, §2, reconhecem como válida, qualquer forma de comprovação de anuência aos termos do presente instrumento, ainda que não se utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil

Palmares/PE, em XX de XXXXX de 2026;

CONTRATANTE:

Elizângela Maria das Neves Lopes
Secretária Municipal de Educação dos Palmares
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO:



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

DATA (POR EXTENSO) NOME DA EMPRESA MUNICÍPIO DE PALMARES/PE
REFERENTE À CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025
A/C: SR.(A) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX AGENTE DE CONTRATAÇÃO/COMISSÃO (A)

DECLARAÇÃO

A Empresa (RAZÃO SOCIAL), sito à (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob Nº (NÚMERO), neste ato representado pelo Sr.(a) (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no Registro Nacional sob o Nº (NÚMERO DO RG) e CPF. Nº (NÚMERO DO CPF), DECLARA para os devidos fins que:

1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos 42 a 49, quando a empresa for classificada como ME/EPP. () SIM () NÃO
1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos. () SIM () NÃO
1.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias. () SIM () NÃO
1.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. () SIM () NÃO
1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição. () SIM () NÃO
1.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP Nº 2, de 16 de setembro de 2009. () SIM () NÃO
1.7. Que não possui em sua cadeia produtiva empregado executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.) SIM () NÃO
1.8. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO E CONDIÇÕES DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS: declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. 028/2025, Concorrência nº. 013/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para realizar construção de Parque infantil anexo a Creche do Quilombo II . que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assumimos total responsabilidade por esse fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do(s) local,(is) onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município dos Palmares.

Assinado por 1 pessoa: ELIZANGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560





DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À NORMA DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES DE PALMARES/PE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2025.

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua, nº , (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), declara para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

LOCAL, DATA

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

..... CPF:


(Obs.: Anexar a declaração preenchida e assinada com os demais documentos de habilitação)

PROJETO BÁSICO

Parque Infantil Anexa à Creche no Quilombo II – Palmares/PE

PRÉDIO MUNICIPAL:

RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014



Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

ÍNDICE



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO
2. MAPA DE SITUAÇÃO
3. SÍNTESE DO EMPREENDIMENTO
4. INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO
5. MEMORIAL DESCRITIVO
6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
7. PROJETO GRÁFICO (PLANTAS)
8. ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, COMPOSIÇÕES E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
9. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
10. ANEXOS

1. APRESENTAÇÃO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

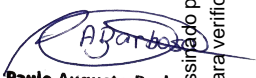
A Secretaria Executiva Municipal de Educação dos Palmares (SEMED) apresenta o projeto de **PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II – PALMARES/PE**, localizada na RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037 S, -35.6014 W.

Este memorial descritivo tem por objetivo apresentar os serviços previstos na construção do **PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II**. Tem como objetivo complementar a infraestrutura da unidade educacional que será construída, proporcionando um espaço adequado para o entretenimento, recreação e desenvolvimento das crianças atendidas.

O projeto contempla a criação de um ambiente lúdico e seguro, contribuindo para o processo de socialização, criatividade e aprendizado por meio da brincadeira, reconhecida como parte essencial do desenvolvimento infantil. Além disso, este projeto busca promover a inclusão acessibilidade e comodidade.

Paralelamente à construção do parque infantil, será executada a implantação de uma área de estacionamento com capacidade para 8 vagas, visando oferecer maior comodidade e segurança para pais, responsáveis e colaboradores da creche. Dentre as vagas previstas, 1 será destinada a pessoas com deficiência (PCD) e 1 a idosos, em conformidade com a legislação vigente de acessibilidade e mobilidade urbana, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa iniciativa reforça o compromisso com a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo, funcional e acolhedor.

2. MAPA DE SITUAÇÃO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 18215265

assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560



Localização



Localização de Palmares em Pernambuco



Localização de Palmares no Brasil

Coordenadas: -8.7037 -35.6014

País: Brasil


Unidade Federativa: Pernambuco

Municípios Limítrofes: Bonito (N), Joaquim Nabuco (E e NE), Xexéu (S), Catende (W) e Água Preta (SE)

Distância até a capital: 128 km

(fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmares>)

3. SÍNTESE DO EMPREENDIMENTO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

3.1 RESUMO DA OBRA

3.1.1 – EMPREENDIMENTO: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II – PALMARES/PE

3.1.2 – LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE

3.1.3 – EMPREENDEDOR: Secretaria Executiva Municipal de Educação dos Palmares (SEMED).

3.1.4 – CUSTO DO EMPREENDIMENTO:

Fundo Municipal de Educação (FME): R\$ **614.960,12** (seiscentos e quatorze mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos).

3.1.5 – CUSTO POR ÁREA:

3.1.5.1 – Área Total: 1300 m²

R\$ 614.960,12 / 1300 = **R\$ 473,05/m²**

3.1.6 – PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) meses.

4. INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DOS PALMARES/ PE

História

Origem do nome Palmares

Palmares é uma das divisões geobotânicas do nordeste do Brasil. Altos, densos, geralmente puros e de uma só espécie de palmeiras de natureza xerófila ou higrófila. Outros existem com mistura de três ou quatro espécies de árvores de porte alto. Dentre as palmeiras que vegetam nessa região, sobressaem-se a carnaúba (*Copernicia cerifera*), a buriti (*Mauritia vinifera*), a buritana (*Mauritia axulenta*), a bacaba (*Denocarpus distichus*) e o babaçu (*Orbignia martiana*), etc. Tais zonas se desenvolvem na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

Primórdios da história palmarensis

A região foi habitada primitivamente pelos índios potiguares e caetés.

Com a formação do Quilombo dos Palmares no interior pernambucano (naquele tempo as terras do atual estado de Alagoas pertenciam à Capitania de Pernambuco), dirigido por Zumbi, tomou impulso, fama e ganhou o nome que hoje tem batizado que foi pelos negros, que chamavam seus habitantes de palmarinos. Desde os seus primórdios, a região era conhecida como os palmares, devido a predominância de sua densa e espessa vegetação, num intrincado de mata fechada que ocupava um extenso território de 260 quilômetros de extensão por 132 quilômetros de largura, em faixa paralela à costa, onde se distribuíam cerca de 50 mil habitantes, cuja faixa territorial situava-se entre o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e a parte norte do curso inferior do rio São Francisco, área situada onde hoje se encontra o estado de Alagoas.

De 1848 a 1873 Palmares foi denominado de Povoado dos Montes, porque as terras originalmente pertenciam à família Montes, que as recebera por sesmaria para explorar a atividade açucareira, vindo a construir uma capela, que anos mais tarde daria origem à catedral de Nossa Senhora da Conceição, padroeira local. Logo em seguida, dita propriedade passou a ser conhecida por Trombeta, devido à lenda de que um soldado teria perdido a corneta durante a passagem da tropa a cavalo pela localidade. Anos depois recebeu a denominação de Povoado do Una, em homenagem ao rio que banha a localidade e, finalmente Município dos Palmares, triunfando assim a denominação dos negros, por força da abundância de palmeiras que vicejavam na região, a exemplo do babaçu, carnaúba, pindoba, ouricuri e dendê.


Em 13 de maio de 1862 foi criada a Comarca dos Palmares por força da Lei Provincial nº 1030.

Em 1868 foi Palmares elevado à categoria de Distrito por força da Lei Provincial nº 844, de 28 de setembro.

Em 1873, por força da Lei Provincial nº 1083, de 24 de maio, foi criado o Município autônomo que tomou o nome de Município dos Palmares.

Finalmente, em 9 de junho de 1879, Palmares emancipou-se do Município da Água Preta, por força da Lei Provincial nº 1458, adquirindo, portanto, foros de cidade autônoma.

Palmares tem muita história para contar. Além de grandes intelectuais, o município possui o Theatro Apollo, o primeiro teatro que começou a funcionar no interior e o terceiro mais antigo


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

do Estado, além de abrigar a primeira Maçonaria de Pernambuco - Loja Maçônica Fraternidade Palmarense nº 01 - da qual saíram obreiros para fundar no Recife a Grande Loja de Pernambuco.

Geografia

Localiza-se a uma latitude 08º41'00" sul e a uma longitude 35º35'30" oeste, estando a uma altitude de 125 metros. Sua população estimada em 2015 é de 62.020 habitantes.

A sede do Município dista 104 km em linha reta e 118 km pela BR-101 do Recife, a capital do Estado; 105 km de Garanhuns e 123 de Maceió, a capital do vizinho Estado de Alagoas.

Situa-se a 125 metros acima do nível do mar.

Limita-se ao norte com o Município do Bonito, a nordeste e leste com Joaquim Nabuco, ao sul com Xexéu, a sudeste com Água Preta e a oeste com Catende.

Vegetação e Geologia

O Município insere-se na unidade geoambiental das Superfícies Retrabalhadas. O relevo é, em sua quase totalidade, moldado em rochas do pré-cambriano, predominantemente granito, gnaisse e xistos. A parte sedimentar é representada por argilas variegadas, arenitos e cascalhos. Predomina o latossolo vermelho-amarelo.

A topografia, predominantemente ondulada, caracteriza-se por um conjunto de morros e colinas com altitudes não superiores a 120 m e pediplanos resultantes do alargamento do vale do rio Una (Pernambuco) e seus afluentes.

Sua flora é composta por restos da vegetação primitiva da Mata Atlântica, algumas espécies arbóreas de alto valor econômico podem ser ainda encontradas testemunhando o que foi a floresta nativa. Entre outras, pode-se detectar a presença da urucuba, louro, ipê amarelo, jatobá, pau-ferro, jacarandá mimoso e rosa, maçaranduba, pau d'arco, oiticica, camaçari rosa e branco, sucupira roxa e branca, etc.


O Município dos Palmares faz parte da microrregião homogênea denominada Mata Meridional Pernambucana, contida totalmente na Bacia do Rio Una.

Clima

Segundo dados do LAMEPE, a temperatura mínima já registrada em Palmares foi de 14,1 °C, ocorrida no dia 28 de julho de 1923. Já a máxima foi de 38,5 °C, observada em 18 de fevereiro de 2006. O maior acumulado de chuva registrado em 24 horas foi de 235,8 mm, em 3 de maio de 2011.

O clima é o tropical, do tipo As', com máximas de 29 °C e mínimas entre 21 °C no verão, e mínimas de 19 °C e máximas entre 26 °C no inverno.

Turismo


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538

Todos os anos a Prefeitura realiza o Festival Nacional do Forró - FORROMARES, evento que simboliza um São João fora de época e sempre conta com grandes atrações do cenário musical brasileiro durante quatro noites de festa, geralmente um final de semana entre os meses de setembro a dezembro. Há também os locais tradicionais de visitação pública, que são marcos históricos de fundação da cidade, a exemplo do casarão do Engenho Verde (1841) onde nasceu o romancista e teatrólogo Hermilo Borba Filho; o antigo Cemitério Paroquial (1861) com a capela do Bom Jesus dos Martírios; a Estação Ferroviária (1862); a casa-grande do Engenho Paul (1863); a Catedral de Nossa Senhora da Conceição (1873) padroeira local; o Clube Literário dos Palmares (1881), hoje Biblioteca Pública Municipal; a ponte de ferro sobre o rio Pirangy (1882), construída pelos engenheiros ingleses da Great Western; a Loja Maçônica Fraternidade Palmarense Nº 01 (1932) que foi a pioneira no Estado de Pernambuco, dentre outros atrativos de igual importância para os amantes da história e das tradições socioculturais interioranas.


Lazer

Além da carga histórica da cidade, há também um lado mais bucólico e rural, como os atrativos naturais que oferecem e proporcionam momentos de descontração, aventura e lazer aos visitantes. O município é cercado por muitas águas, sendo ideal para quem deseja pescar, relaxar e tomar banhos de cachoeiras, bicas e corredeiras. Também quem gosta de praticar rapel, canyoning ou caminhadas ecológicas, ainda existem locais em reservas de mata atlântica ideais até para acampar; recantos esses que proporcionam um inesquecível visual paradisíaco aos visitantes e turistas que chegam para conhecer os Palmares. Outras opções são as cachoeiras do Caritó, Véu de Noiva, do Mágico e do Engenho Serra Azul velho, localizadas entre densos bambuzais e bananeiras, mas com estradas em boas condições. A Véu de Noiva possui três quedas d'água, sendo a mais alta com 5 metros. A Corredeira do Oratório é formada pelas águas do rio Una. Contam os moradores que este nome foi assim "batizado" pelos antigos, porque os senhores de engenhos ou "coronéis" daquele tempo mandavam os jagunços matar seus inimigos às margens, dando-lhes permissão para uma última oração.

Na área da gastronomia, Palmares possui inúmeros estabelecimentos com excelentes pratos típicos da culinária local destacando-se a carne de sol, picanha e churrasco na brasa, além da peixada e do galetto assado em locais pitorescos como as churrascarias Bom Sabor em Japaranduba e Nordestão no bairro Newton Carneiro; os restaurantes Carne de Sol da Morena na Praça Maurity ; Picanha Grill na Nova Palmares e no centro ; Pérola Grill na Rua da Conceição; Bom Sabor na Praça Dr. Paulo Paranhos e o Comabem na Rua Cel. Austricínio, além da pizzaria Portello's , bem como as lanchonetes e bares que oferecem os melhores caldinhos e uma variedade imensa de bebidas e deliciosos petiscos.

Cultura

Inicialmente como "Atenas Pernambucana" e depois como "Terra dos Poetas", o município obteve fama e reputação no cenário estadual e até brasileiro, graças à pujança com que os seus filhos tornaram-se ilustres e renomados ao longo da história, com isso ajudando a projetar a sua terra, através da história, cultura e tradição, destacando-se em áreas da maior importância cultural como a literatura, teatro, jornalismo, aviação, música, pintura, religião, política, artes plásticas, etc.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538


Economia

Palmares tem como principal atividade econômica a agroindústria açucareira. Além da cana-de-açúcar, também se destacam na agricultura a produção de batata-doce, mandioca, inhame, banana, laranja e abacaxi cujo excedente é comercializado junto à Ceasa. No Município há uma grande variedade de indústrias de transformação. O comércio é um setor em expansão com estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, com destaque para os supermercados, 14 (catorze) shoppings centers espalhados pela cidade, frigoríficos, atacados de alimentos, lojas de materiais de construção, farmácias, autopeças, calçados e confecções, além da Usina Nortesusul (antiga Treze de Maio). Existe uma Feira da Sulanca permanente dentro do Centro Comercial Prefeito Antônio de Almeida Melo, bem como duas grandes feiras livres semanais: às sextas e sábados no Mercado Público do Centro, e aos domingos e feriados no Mercado Público do bairro Santo Antônio. Hoje 59% dos moradores locais têm atividades ligadas ao comércio ou à prestação dos mais variados serviços. Um verdadeiro polo médico especializado em saúde atualmente é encontrado em Palmares, disponibilizando à população local e das cidades circunvizinhas excelentes profissionais médicos, exames dos mais modernos e sofisticados, além de laboratórios de análises clínicas.


Localização estratégica

Por ter uma localização altamente privilegiada, o município que também é conhecido como "A Capital da Mata Sul", é servido pela BR 101 (duplicada), além das rodovias PE-96 (Litoral), PE-103 (interliga Palmares à rodovia 232), PE-120 (que vai até Caruaru), PE-126 (liga Palmares a Garanhuns) e dista do Complexo Portuário de Suape apenas 75 km. Diuturnamente, moradores procedentes de 40 localidades pernambucanas circunvizinhas e 20 do vizinho Estado de Alagoas se deslocam até Palmares para fazerem compras, pagamentos, consultas médicas, odontológicas, exames e tratamentos em clínicas especializadas, estudar em escolas públicas, particulares ou frequentarem um dos seus cursos superiores, bem como resolvem negócios bancários nas agências Banco do Brasil, Santander, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica ou Banco do Nordeste. Referidos visitantes têm uma participação econômica no comércio ou junto aos profissionais liberais e prestadores de serviços de cerca de 40%.

(fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmares>)


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

5. MEMORIAL DESCRITIVO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

5.1 ESTUDOS DO PROJETO

O desenvolvimento do projeto do Parque Infantil Anexo à Creche do Quilombo II foi precedido de estudos técnicos que consideraram as condições locais do terreno, as necessidades pedagógicas da unidade educacional e os parâmetros de acessibilidade e segurança.

Foram analisadas as características topográficas, o tipo de solo, as condições de drenagem e insolação, de modo a garantir a implantação adequada das estruturas e equipamentos do parque.

O projeto foi elaborado observando-se as normas técnicas da ABNT aplicáveis a áreas de recreação infantil e mobiliários urbanos, além das diretrizes da Secretaria Executiva Municipal de Educação quanto à funcionalidade, conforto e integração com a creche existente.

Também foram consideradas as condições de acesso de pedestres e veículos, dimensionamento do estacionamento e o uso de materiais duráveis e de fácil manutenção, compatíveis com o clima e o contexto urbano de Palmares/PE.

5.2 JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO PROJETO

A implantação do Parque Infantil Anexo à Creche do Quilombo II justifica-se pela necessidade de ampliar e qualificar os espaços de lazer e recreação infantil, complementando a infraestrutura da unidade educacional e atendendo às demandas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

O projeto busca oferecer ambiente seguro, acessível e estimulante, favorecendo o desenvolvimento físico, cognitivo e social por meio da brincadeira orientada.

A escolha dos materiais, equipamentos e acabamentos foi pautada pela segurança, durabilidade e adequação ao uso infantil, atendendo aos padrões de qualidade exigidos para áreas escolares.

Adicionalmente, a inclusão de área de estacionamento com vagas destinadas a pessoas com deficiência e idosos reforça o compromisso com a acessibilidade universal e com a segurança dos usuários e colaboradores, conforme as normas e legislações vigentes.

Dessa forma, o projeto representa uma intervenção de interesse público e social, promovendo o bem-estar das crianças e o fortalecimento da rede municipal de ensino infantil.

5.3 MEMORIAL DESCRITIVO DAS SOLUÇÕES DO PROJETO


O projeto arquitetônico do Parque Infantil Anexo à Creche do Quilombo II foi concebido de forma a integrar-se harmonicamente à creche existente, compondo um ambiente funcional, seguro e de fácil manutenção.

A área destinada ao parque contará com piso sintético emborrachado, adequado à absorção de impactos e de fácil higienização, garantindo segurança durante o uso. Serão instalados brinquedos modulares de uso coletivo, confeccionados em materiais resistentes e com


certificação para uso infantil, como escorregadores, balanços, passarelas e brinquedos de escalada, dispostos de modo a estimular o convívio e o aprendizado lúdico.

Na área adjacente, será implantado o estacionamento com capacidade para 8 vagas, sendo 1 vaga reservada para pessoa com deficiência (PCD) e 1 para idoso, conforme as legislações de acessibilidade e mobilidade urbana vigentes. O pavimento será em bloquete intertravado de concreto, com sinalização horizontal e vertical adequada.

A solução paisagística inclui áreas verdes com grama sintética e vegetação de pequeno porte, favorecendo o conforto térmico e a integração com o ambiente escolar. Todos os elementos construtivos, mobiliários e equipamentos foram selecionados com base em critérios de segurança, durabilidade, ergonomia e estética, buscando proporcionar um espaço inclusivo e acolhedor para as crianças e a comunidade escolar.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As seguintes especificações constituem, juntamente com os projetos básicos, elementos fundamentais para o cumprimento das metas estabelecidas pela SEMED, na execução da construção do **PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II – PALMARES/PE**.

A elaboração deste trabalho teve como parâmetros as informações contidas nos diversos projetos, assim como as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Embasado tecnicamente nos documentos acima citados, este trabalho visa estabelecer metodologias construtivas, critérios de medição e normas relacionadas aos serviços previstos para a execução da obra, assegurando um padrão de qualidade satisfatório.

6.2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Caberá ao CONSTRUTOR todo o planejamento da execução das obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, devendo submetê-lo, entretanto, a aprovação prévia da fiscalização. A obra de construção será executada de acordo com os projetos e especificações fornecidos.

No caso de divergências entre os projetos e as especificações, serão adotados os seguintes critérios:

Em caso de omissão das especificações prevalecerá o disposto no projeto arquitetônico.

Em caso de discrepância entre o disposto no projeto arquitetônico e nas especificações, prevalecerão estas últimas.

Quando a omissão for do projeto arquitetônico prevalecerá o disposto nas especificações.

Os projetos complementares prevalecerão sobre o arquitetônico no caso de discrepâncias.


Em casos especiais os critérios acima estabelecidos poderão ser alterados durante a execução da obra, mediante prévio entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, entendimento este cujas conclusões deverão ser expressas por escrito.

As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas, com autorização por escrito, emitida pela FISCALIZAÇÃO e concordância dos autores do projeto. Os serviços omitidos nestas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, e/ou nos projetos somente serão considerados extraordinários, quando autorizados por escrito.

A inobservância da presente ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS e dos projetos, implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo ao Construtor refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

Deverão ser realizadas as demolições que porventura se fizerem necessárias e tomadas as devidas precauções no sentido de evitar danos quer a terceiros ou às partes contratuais.

Os danos resultantes de imperícia ou falta de cuidado na execução dos serviços, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Nenhum trabalho poderá ser iniciado sem que exista na obra um Livro de Ocorrência com um mínimo de 50 (cinquenta) folhas fixas numeradas, intercaladas de pelo menos uma folha serrilhada, que se destina aos relatórios de fiscalização, anotações, modificações e qualquer tipo de solicitação tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA.

O uso de material similar, somente será permitido quando inexistir comprovadamente o material ou marca previstos nas especificações. Neste caso os materiais devem ser apresentados com antecedência a FISCALIZAÇÃO para a competente autorização, a qual será dada por escrito em Ofício ou no Livro de Ocorrências.

O Projeto Básico contendo Especificações Técnicas e Orçamento Quantitativo foi elaborado sob responsabilidade direta da **Secretaria Executiva Municipal de Educação dos Palmares/PE**. A CONTRATADA, ao aceitar os projetos, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pela execução, salvo se comunicar por escrito sua inexecutabilidade parcial ou total. Nesta hipótese deverão apresentar a FISCALIZAÇÃO as modificações necessárias, as quais serão examinadas pelo Departamento de Engenharia desta Municipalidade, antes de sua execução.

6.3 PLANEJAMENTO DA OBRA

Trata-se de um conjunto de obras, com nível de complexidade inerente a este tipo de edificação, portanto, a CONTRATADA deve apresentar, antes do início dos serviços, um planejamento para execução da obra, caracterizando as particularidades de modo que a referida obra possa transcorrer dentro de um padrão adequado de qualidade como também obedecendo ao cronograma aprovado para execução dos serviços. A instalação da contratada na obra será por conta da contratada.


Não será necessário construir depósito e escritório nem alojamento para a obra porque a empresa contratada poderá contar com algumas áreas do prédio existente provisoriamente para este fim. Já existem no local energia elétrica, água e esgoto, dispensando a previsão e pagamento de ligações provisórias para tais serviços.

6.4 INSTALAÇÃO DA OBRA

A CONTRATADA se obriga a manter no escritório da obra, além do Livro de Ocorrência um conjunto de plantas de todos os projetos, orçamento e especificações técnicas, a fim de permitir uma perfeita fiscalização.

6.5 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Documento técnico que detalha as características de bens, equipamentos ou insumos, tais como padrão, capacidades, dimensões e potência, bem como os requisitos de garantia de qualidade, terminologia, símbolos, ensaios e métodos de ensaio, embalagem, marcação e rotulagem.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ORÇADOS

A seguir serão apresentadas as especificações técnicas para os serviços constantes na planilha orçamentária referencial.

O caráter geralista das especificações abaixo é devido ao fato de se utilizarem tabelas oficiais para a elaboração do orçamento básico da obra, de modo que cumulativamente se aplicam ao projeto em questão as disposições dos Cadernos de Encargos do SINAPI aplicáveis aos serviços oriundos dessa tabela, da mesma forma que as especificações das demais tabelas.

SERVIÇOS PRELIMINARES

Normas e Práticas Complementares:

A execução de serviços de Instalações Elétricas deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais;
- Normas da ABNT e do INMETRO:
 - NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Procedimento
 - NBR 5414 - Execução de Instalações Elétricas de Alta Tensão - Procedimento
 - NBR 5419 - Proteção de Estruturas contra Descargas Elétricas Atmosféricas Procedimento
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA.


SERVIÇOS COMPLEMENTARES

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DE OBRA

Antes do início de qualquer trabalho deverá ser instalada a placa de obra, no padrão do municipal, nas dimensões previstas em orçamento. A placa deverá ser em chapa de aço galvanizado, adesivada ou pintada, e estruturada em madeira e/ou aço, sendo instalada em local indicado pela Secretaria Executiva de Educação SEMED.

Método construtivo:


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- Corte e montagem do painel da chapa da placa, nas dimensões indicadas no projeto, estruturada em madeira de lei tratada e pintada ou estrutura metálica.
- Pintura da chapa, ou colagem de adesivo, no padrão Municipal, com informações do da obra e dos responsáveis, a serem disponibilizadas pela Secretaria Executiva de Educação SEMED.
- Instalação dos suportes da placa, em número mínimo de 02, com madeira de lei com seção mínima de 10x15cm, ou estrutura metálica apropriada.
- Fixação da placa no local indicado pela Prefeitura, com chumbamento no terreno com no mínimo 1,00m de profundidade, sendo apoiado com estais ou escoras, de modo que fique completamente firme e segura.

Critério de medição: pela área do painel da placa (m²)

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Método construtivo:

- A construtora deverá alocar um encarregado geral, que ficará alocado duas vezes por semana, durante o período de realização da obra, organizando as equipes e gerindo os trabalhos.
- Disponibilizará ainda um engenheiro, com experiência na área, para administrar a obra, garantindo sua perfeita execução dentro das normas da ABNT e do Ministério do Trabalho, bem como dos projetos e especificações técnicas. O engenheiro deverá ficar à disposição da obra no mínimo 1 dia por semana, 4 horas por visita.
- A comprovação desses serviços será realizada mediante a apresentação de cópia da CTPS dos empregados e/ou ficha do empregado e/ou registro no CNO da obra, ou ainda documentos adicionais que sejam requeridos pela fiscalização.

Critério de medição: o pagamento da administração local será realizado de modo proporcional ao desembolso financeiro dos demais serviços do contrato por período, de modo a evitar remunerar os atrasos porventura ocorrentes, de modo que não haverá aditivos para serviços de administração local sob nenhuma hipótese.

LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO

Método executivo:

- Executar a limpeza manual do terreno com o uso de ferramentas manuais apropriadas, como enxadas, foices e facões, visando a remoção de vegetação rasteira, arbustos, capim e demais materiais orgânicos superficiais.
- Identificar previamente a área a ser limpa, conforme os limites definidos em projeto, garantindo a preservação de elementos que não devam ser removidos, como árvores protegidas ou áreas de preservação permanente (APP), se houver.
- Recolher e depositar o material vegetal removido em local adequado, fora da área de trabalho, para posterior transporte até o bota-fora ou destinação correta, conforme diretrizes ambientais.
- Os serviços deverão ser realizados com o devido cuidado para não causar danos ao solo, como revolvimento excessivo ou erosão, mantendo a superfície o mais regular possível.
- As atividades de limpeza deverão ser realizadas com a devida sinalização e, quando necessário, com isolamento da área, visando à segurança dos trabalhadores e de terceiros.

- Em casos de terrenos com vegetação densa ou áreas de difícil acesso, poderá ser considerada a subdivisão da área de limpeza por trechos, facilitando o controle e execução do serviço.

Critério de medição: pela limpeza de vegetação executada (m²)

ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO

Método Construtivo:

- O serviço será iniciado com a locação e marcação do alinhamento das guias no trecho curvo, conforme projeto, utilizando-se gabaritos ou equipamentos topográficos que assegurem a correta geometria.

- A base de assentamento será regularizada, nivelada e compactada manualmente ou mecanicamente, com largura e profundidade adequadas para garantir estabilidade e apoio contínuo das peças.

- As guias (meios-fios), pré-fabricadas em concreto com dimensões de 80 cm (comprimento) x 8 cm (base inferior) x 8 cm (base superior) x 25 cm (altura), serão dispostas de forma contínua e ajustadas manualmente, respeitando o raio de curvatura do trecho previsto em projeto.

- O assentamento será realizado sobre colchão de argamassa de cimento e areia traço 1:3 (em volume), com espessura mínima de 3 cm, garantindo nivelamento e prumo das peças.

- As juntas entre os blocos serão preenchidas com a mesma argamassa, promovendo o travamento adequado das peças.

- Após o assentamento, será realizada a cura da argamassa por um período mínimo de 3 dias, mantendo-se o local protegido contra tráfego e intempéries.

- Quando necessário, serão realizadas adequações no acabamento do entorno com reaterro ou sarjeta, para assegurar o correto escoamento superficial e integração com o pavimento.

Critério de Medição:

A medição será efetuada em metro linear (m) de guia assentada, devidamente executada conforme especificações do projeto e aprovada pela fiscalização.

ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO

Método Construtivo:

- O aterro das valas será executado manualmente, utilizando solo argilo-arenoso previamente aprovado pela fiscalização, que poderá ser proveniente das escavações ou transportado de outro local, conforme especificado em projeto.

- Antes do início do aterro, a vala deverá estar limpa, seca e livre de materiais soltos ou orgânicos, além de devidamente inspecionada e liberada pela fiscalização, garantindo a conclusão dos serviços de infraestrutura (fundações, instalações enterradas, etc.).

- O aterro será executado em camadas sucessivas, com espessura máxima de 20 cm (após compactação), de forma a garantir a adequada acomodação do solo e evitar recalques futuros.


- Cada camada será compactada manualmente com auxílio de soquetes ou sapos de compactação, assegurando a boa compactação e aderência entre as camadas.
- A umidade do solo será monitorada, devendo estar próxima do índice de umidade ótima para permitir uma compactação eficiente, sem excesso de água ou pó seco.
- O serviço deverá ser executado com cuidado redobrado nas proximidades de tubulações ou elementos enterrados, para evitar deslocamentos ou danos.
- As áreas de trabalho deverão estar sinalizadas e isoladas, garantindo segurança dos operários e de terceiros durante a execução.

Critério de Medição:

A medição será feita em metros cúbicos (m³) de aterro executado com solo argilo-arenoso, compactado manualmente, conforme projeto e aprovado pela fiscalização.

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 x 10 cm, ESPESSURA 8 cm**Método Construtivo:**

- A execução do pavimento intertravado será precedida pela preparação da base, com regularização, nivelamento e compactação do subleito, garantindo estabilidade e suporte adequados à carga prevista.
- Sobre o subleito compactado, será aplicada a camada de base, composta preferencialmente por material granular (como brita graduada ou cascalho), em espessura definida em projeto, compactada com rolo ou placa vibratória.
- Em seguida, será executado o lastro de assentamento, com areia lavada e peneirada, em espessura de aproximadamente 4 cm (após compactação), que servirá como camada de regularização para o assentamento dos blocos.
- Os blocos intertravados, do tipo retangular, cor natural, com dimensões 20 x 10 cm e espessura de 8 cm, serão assentados manualmente, seguindo o traçado geométrico e o padrão de paginação definido em projeto (como espinha de peixe, fileira reta, etc.).
- Após o assentamento, será feita a compactação superficial do pavimento com placa vibratória, a fim de ajustar os blocos à camada de areia e garantir o travamento adequado entre as peças.
- Em seguida, será aplicada areia fina seca sobre o pavimento e varrida para dentro das juntas, promovendo o preenchimento completo entre os blocos. Nova compactação será realizada para garantir o fechamento das juntas e o travamento do conjunto.
- A execução deverá garantir nível, caimento e alinhamento conforme projeto, especialmente em áreas sujeitas à drenagem superficial.
- O pavimento deverá ser mantido isolado do tráfego até a conclusão total do serviço e a verificação de sua estabilidade.

Critério de Medição:
Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

A medição será efetuada em metro quadrado (m²) de pavimento intertravado executado, devidamente assentado, compactado e finalizado conforme projeto e especificações técnicas.

EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO

Método Construtivo:

- A execução do passeio ou piso de concreto será iniciada com a limpeza e regularização da área, removendo-se qualquer material solto, vegetação ou entulho, garantindo-se uma base firme e adequada para receber o concreto.

- Em seguida, será preparada a capa de regularização e compactação do subleito, podendo-se aplicar uma camada de brita ou bica corrida, quando especificado em projeto, para melhorar a capacidade de suporte.

- Será então realizada a armação do piso, utilizando-se malha de aço soldada (do tipo Q-138 ou similar, conforme projeto estrutural) ou barras de aço CA-50, devidamente posicionadas e espaçadas, com uso de espaçadores ou "cavaletes" para garantir o cobrimento mínimo.

- Com a forma já posicionada (tábuas ou guias metálicas), será lançado o concreto moldado in loco, com traço especificado (geralmente fck ≥ 20 MPa), distribuído manualmente ou com auxílio de carrinhos e vibrado superficialmente para garantir o adensamento.

- O concreto será aplicado com espessura uniforme de 8 cm, respeitando os níveis e caimentos definidos em projeto, especialmente para o escoamento da água pluvial.

- Após o lançamento, será executado o acabamento superficial convencional, utilizando régua vibratória, desempenadeiras ou sarrafos, conforme padrão estabelecido. O acabamento pode ser desempenado ou vassourado, conforme especificações locais e exigências de acessibilidade.

- Serão executadas juntas de dilatação e retração, com cortes transversais ou aplicação de material flexível, para evitar trincas e fissuras causadas pela variação térmica e movimentações do solo.


- A cura do concreto será garantida por, no mínimo, 7 dias, podendo-se utilizar lonas plásticas, mantas úmidas ou aplicação de agente de cura química, conforme as condições climáticas e orientação técnica.

- A área deverá permanecer isolada e sinalizada durante toda a execução e período de cura, impedindo o tráfego de pessoas e veículos até a completa secagem e resistência adequada do pavimento.

Critério de Medição:

A medição será realizada em metro quadrado (m²) de passeio ou piso de concreto moldado in loco, com acabamento convencional, espessura de 8 cm, armado, conforme projeto e aprovado pela fiscalização.

PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Método Construtivo:


- A execução será iniciada com a limpeza completa da superfície do piso, removendo-se poeira, óleos, graxas, partículas soltas, tinta antiga deteriorada ou qualquer outro material que possa comprometer a aderência da tinta. A limpeza poderá ser realizada com vassoura de aço, lavadora de alta pressão ou produtos específicos, conforme a condição da base.
- Será realizada a verificação do estado do piso, que deve estar seco, firme e regularizado. Pequenas imperfeições, fissuras superficiais ou buracos deverão ser previamente reparados com massa niveladora compatível, garantindo-se uma superfície contínua e pronta para a pintura.
- Em seguida, será aplicada uma demão de fundo preparador para pisos, com função de selar a superfície e promover a aderência da tinta. O produto será aplicado manualmente com rolo, trincha ou broxa, respeitando o rendimento e tempo de secagem indicados pelo fabricante.
- Após a secagem completa do fundo preparador, será iniciada a pintura, com aplicação manual de duas demãos de tinta acrílica para piso, própria para tráfego leve a moderado, resistente à abrasão e à ação do tempo. A tinta será aplicada com rolo de lã de pelo baixo, garantindo cobertura uniforme em cada demão.
- O intervalo entre demãos será respeitado conforme recomendação técnica do fabricante, observando-se condições climáticas adequadas (temperatura e umidade), a fim de evitar problemas de aderência, bolhas ou descascamentos.
- Serão observados os níveis de acabamento e tonalidade previstos em projeto ou especificações da contratante. A pintura deverá apresentar aspecto homogêneo, sem falhas, escorrimientos, manchas ou áreas com cobertura insuficiente.
- A área pintada deverá permanecer isolada e sinalizada durante a execução e até a secagem total da tinta, impedindo o tráfego de pessoas e veículos conforme o tempo de cura indicado pelo fabricante (geralmente de 24 a 72 horas).

Critério de Medição:

A medição será realizada em metro quadrado (m²) de piso pintado com tinta acrílica, com aplicação manual de duas demãos e fundo preparador incluso, conforme especificações da AF_05/2021, projeto e aprovação da fiscalização, incluindo todos os materiais, ferramentas e mão de obra necessários para a execução completa dos serviços.

CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA**Método Construtivo:**

- A execução será iniciada com a locação da caixa elétrica no terreno, conforme projeto elétrico ou de infraestrutura, respeitando-se os alinhamentos, cotas e profundidades estabelecidas.
- Será então realizada a escavação manual ou mecânica do solo no ponto definido, com dimensões adequadas para o perfeito alojamento da caixa pré-moldada, considerando folgas


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

para assentamento e ajuste, e profundidade compatível com a espessura da camada de brita no fundo.

- Após a escavação, será aplicada uma camada de lastro de brita graduada, com espessura mínima de 10 cm, para garantir a drenagem e estabilidade da base. A brita será nivelada e levemente compactada para receber a caixa.

- Em seguida, será realizada a instalação da caixa de concreto pré-moldado, com dimensões internas de 0,30 x 0,30 x 0,30 metros. A peça deverá ser posicionada de forma nivelada e alinhada, garantindo o correto posicionamento da tampa e o escoamento superficial das águas.

- As conexões de eletrodutos ou dutos corrugados serão executadas conforme projeto, realizando-se os cortes ou perfurações nas paredes da caixa com uso de ferramentas apropriadas, respeitando as normas de segurança e vedação.

- A reposição do solo ao redor da caixa será feita em camadas, com compactação manual ou mecanizada, utilizando material previamente selecionado e livre de detritos, garantindo-se a estabilidade e fixação da caixa no local.

- Por fim, será realizada a colocação da tampa da caixa, que deverá estar nivelada com o piso acabado ou conforme cotas de projeto. A tampa poderá ser do tipo removível ou parafusada, conforme especificado.

- Toda a execução deverá estar de acordo com as normas técnicas vigentes (ex.: NBR 5410 para instalações elétricas), sendo observadas as orientações de segurança, acessibilidade e durabilidade.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (un) de caixa enterrada elétrica retangular, em concreto pré-moldado, com dimensões internas de 0,30 x 0,30 x 0,30 m, incluindo a escavação, fornecimento e assentamento da caixa, aplicação de brita no fundo, conexões com eletrodutos e reposição do solo, conforme projeto, detalhes da AF_12/2020 e aprovação da fiscalização.


ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1")

Método Construtivo:

- A execução terá início com a verificação do trajeto aparente dos eletrodutos conforme projeto elétrico, observando-se os pontos de partida e chegada, os dispositivos de passagem (caixas, quadros, etc.), bem como interferências com outros sistemas (hidráulico, estrutural, dados, etc.).

- Será realizado o corte e preparo dos eletrodutos rígidos de PVC DN 32 mm (1"), do tipo soldável, utilizando ferramentas adequadas para garantir cortes retos e limpos, com as extremidades lixadas e limpas para posterior união.

- A fixação dos eletrodutos aparentes será feita diretamente sobre superfícies (paredes, lajes ou pilares), com o uso de suportes metálicos ou abraçadeiras plásticas próprias, espaçados conforme norma técnica (recomendado: a cada 0,80 m a 1,00 m, ou conforme especificado em projeto), garantindo firmeza e alinhamento do eletroduto.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- As conexões entre eletrodutos e acessórios (curvas, luvas, caixas de passagem, buchas de redução, etc.) serão feitas com adesivo específico para PVC soldável, assegurando vedação, estanqueidade e continuidade do sistema.
- Serão respeitados os raios mínimos de curvatura, alinhamento e estética da instalação aparente, especialmente em locais visíveis ao público, mantendo a organização das linhas e a segurança do sistema.
- As caixas de passagem e dispositivos de terminação deverão ser devidamente conectadas e fixadas, garantindo acesso futuro para manutenção e passagem de cabos, sem obstruções.
- Toda a instalação será executada de acordo com os requisitos da NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e demais normas aplicáveis, observando-se o uso de eletrodutos e conexões com classe de isolamento adequada, resistência mecânica e proteção contra raios UV, quando aplicável.
- Após a montagem da infraestrutura, será realizada limpeza interna dos eletrodutos e testes de continuidade e obstrução, garantindo a passagem livre de cabos.

Critério de Medição:

A medição será realizada em metro linear (m) de eletroduto rígido soldável, em PVC, diâmetro nominal 32 mm (1”), instalado de forma aparente, incluindo o fornecimento do material, cortes, curvas, conexões, suportes, adesivos, fixações, mão de obra e demais acessórios necessários para a instalação completa, conforme AF_10/2022, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 mm², ANTI-CHAMA 450/750 V

Método Construtivo:

- A execução será iniciada com a verificação do projeto elétrico e definição dos circuitos terminais onde será instalado o cabo de cobre flexível 2,5 mm², isolado, anti-chama, com tensão nominal de 450/750 V, conforme a NBR 5410 e demais normas aplicáveis.
- Será realizada a verificação prévia da infraestrutura existente, como eletrodutos, calhas, leitos ou canaletas, certificando-se de que estão limpos, desobstruídos e dimensionados corretamente para a quantidade e bitola dos condutores a serem lançados.
- Em seguida, será feito o lançamento manual dos cabos através da infraestrutura preparada, com o uso de guia de passagem e lubrificante específico, quando necessário, para evitar danos ao isolamento e facilitar a passagem.
- Os cabos serão identificados por cores, conforme norma vigente, e organizados para garantir o correto funcionamento dos circuitos terminais (fase, neutro e terra). Cabos com isolamento anti-chama deverão estar devidamente certificados conforme requisitos da NBR NM 247-3 e demais normas de segurança contra incêndios.
- O comprimento dos cabos será ajustado conforme o trajeto, evitando emendas intermediárias, salvo em casos justificados e realizados com conectores apropriados, protegidos em caixas de passagem com fácil acesso.

- Nas pontas, os cabos serão decapados com ferramentas apropriadas, de modo a não danificar os filamentos de cobre, e conectados por meio de terminais ou diretamente em bornes, conforme o tipo de equipamento (tomadas, interruptores, disjuntores, etc.).
- Será feita a verificação da continuidade, isolamento e ausência de curto-circuito após a instalação, utilizando-se instrumentos de medição apropriados (megômetro, multímetro, etc.), conforme ensaios previstos em norma.
- Toda a instalação deve seguir rigorosamente os critérios de organização, segurança e acessibilidade, mantendo os cabos corretamente fixados, afastados de fontes de calor e sem cruzamento com tubulações de outros sistemas (hidráulico, gás, etc.).


Critério de Medição:

A medição será realizada em metro linear (m) de cabo de cobre flexível, seção de 2,5 mm², isolado, anti-chama, tensão nominal 450/750 V, para circuitos terminais, incluindo fornecimento e instalação completa, com identificação por cores, lançamento, organização, terminações, testes e materiais auxiliares, conforme AF_03/2023, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 mm², ANTI-CHAMA 450/750 V

Método Construtivo:

- A instalação será precedida da análise do projeto elétrico, identificando os circuitos terminais que exigem condutores com seção de 6 mm², isolados, anti-chama, com tensão nominal de 450/750 V, conforme norma NBR 5410 e demais normas técnicas aplicáveis.
- Será feita a verificação e preparação da infraestrutura existente (eletrodutos, calhas, leitos ou canaletas), certificando-se de que esteja desobstruída, dimensionada corretamente e apta a receber os condutores com a bitola especificada, respeitando os limites de ocupação da seção útil.
- O lançamento dos cabos será realizado de forma manual ou com guia de passagem, utilizando-se lubrificante apropriado, quando necessário, para evitar danos ao isolamento e facilitar a instalação em trajetos longos ou com curvas acentuadas.
- Os cabos serão identificados por cores padronizadas, garantindo o correto reconhecimento das fases, neutro e terra, conforme exigência da NBR 5410.
- Os trechos de cabo serão ajustados de modo a evitar emendas, exceto quando tecnicamente justificadas. Quando necessárias, as emendas deverão ser feitas com conectores apropriados, devidamente isoladas e abrigadas em caixas de passagem com acesso facilitado.
- As pontas dos cabos serão decapadas com ferramentas adequadas, sem danificar os filamentos do condutor, e conectadas a terminais, disjuntores, tomadas ou demais equipamentos, garantindo perfeito contato elétrico.
- Após o lançamento, será realizada a verificação de continuidade, ausência de curtos e resistência de isolamento, utilizando-se instrumentos apropriados (megômetro, multímetro, etc.), conforme procedimentos de teste estabelecidos.
- A instalação será feita observando os princípios de organização, segurança, separação de circuitos e compatibilidade eletromagnética, além de garantir que os cabos fiquem protegidos contra esforços mecânicos, calor excessivo e umidade.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Critério de Medição:

A medição será realizada em metro linear (m) de cabo de cobre flexível, seção de 6 mm², isolado, antichama, com tensão nominal de 450/750 V, destinado a circuitos terminais, incluindo o fornecimento completo e a instalação, com lançamento, identificação por cores, terminais, testes de continuidade e isolamento, conforme AF_03/2023, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

POSTE DECORATIVO 4 PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO, COM 8 m**Método Construtivo:**

- A execução será iniciada com a locação dos pontos de instalação dos postes, conforme projeto luminotécnico, observando-se distanciamentos, alturas e orientações das luminárias para garantir cobertura uniforme e estética adequada do sistema de iluminação.

- Será realizada a escavação manual ou mecânica dos blocos de fundação, com dimensões conforme projeto estrutural ou detalhamento do fabricante, considerando profundidade, largura e base adequada à altura do poste (8 m) e às cargas das luminárias.

- Em seguida, será executada a base de concreto armado, com fck e ferragens conforme especificações técnicas, incluindo caixa de passagem elétrica e tubulação para eletrodutos, garantindo o encaminhamento correto dos cabos de alimentação até o quadro de comando.


- Após a cura do concreto (mínimo de 3 dias em condições normais ou conforme orientação técnica), será feito o posicionamento e fixação do poste decorativo, com 4 pétalas em aço galvanizado, tubo Ø 60,3 mm, altura de 8 m, acabamento pintado com tinta anticorrosiva e tinta de acabamento (padrão arquitetônico ou urbano). A fixação será com chumbadores ou parafusos com porca e arruela, utilizando base flangeada, nivelada com auxílio de prumo e nível.

- Serão instaladas 4 luminárias de LED de 50W, uma em cada “pétala” do poste, com distribuição simétrica ou direcionamento conforme projeto. As luminárias deverão ser de alta eficiência, com grau de proteção mínimo IP65, corpo em alumínio injetado e lente em policarbonato ou vidro temperado.

- A fiação interna será passada por eletrodutos até a caixa de passagem inferior do poste, realizando as ligações elétricas conforme norma NBR 5410, com cabos anti-chama e conexões isoladas. Todos os componentes deverão possuir certificações de desempenho elétrico e segurança.

- Após a instalação, será realizado o teste funcional do sistema de iluminação, verificando o acionamento, tensão, corrente, eficiência luminosa, possíveis falhas de ligação ou mal contato.

- O local deverá ser limpo e sinalizado adequadamente durante a execução e até a conclusão dos serviços. Todo o processo deverá respeitar as normas de segurança do trabalho e de instalações elétricas em áreas públicas.

Critério de Medição:
Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

A medição será realizada por **unidade (un)** de poste decorativo com 4 pétalas, em aço galvanizado, tubo Ø 60,3 mm, altura de 8 metros, com pintura de acabamento, incluindo o fornecimento e instalação de **4 luminárias de LED 50W**, fundação em concreto, materiais elétricos, cabos, conexões, montagem completa e testes finais, conforme projeto executivo, especificações técnicas e aprovação da fiscalização.

POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SEÇÃO DUPLO T, EXTENSÃO DE 8,00 m

Método Construtivo:

- A execução será iniciada com a locação dos pontos de instalação dos postes, conforme projeto de infraestrutura elétrica ou de iluminação pública, respeitando-se alinhamentos, distâncias, cotas de nível e acessos.

- Será realizada a escavação do solo para cravação direta do poste, com profundidade mínima de 1,5 m a 2,0 m (dependendo do tipo de solo), conforme as recomendações do fabricante e normas técnicas, garantindo estabilidade e verticalidade do poste.

- A base da escavação poderá receber lastro de brita compactada, quando necessário, para garantir melhor apoio e drenagem da fundação direta.

- Em seguida, será feito o lançamento e assentamento do poste de concreto armado, com seção transversal do tipo duplo T, extensão de 8,00 metros e resistência nominal de 150 daN, tipo D, conforme norma NBR 8451 (Postes de concreto armado para redes de distribuição de energia elétrica).

- O poste será içado e posicionado verticalmente com o auxílio de equipamentos apropriados (guindaste, caminhão munck ou manualmente com tripé), sendo cravado até a profundidade definida, com posterior travamento e compactação lateral do solo escavado com material adequado.


- O poste deverá apresentar etiqueta de identificação do fabricante, com marcação visível da classe de resistência, extensão e data de fabricação. Também deverá possuir furação padrão para travessias de eletrodutos e instalações de cruzetas, braços de luminárias, caixas e demais acessórios.

- Será feita a instalação dos componentes associados, como caixas de passagem, aterramento, eletrodutos, conectores, cabos, cruzetas, parafusos, isoladores ou braços para luminárias, conforme projeto elétrico e tipo de rede (iluminação pública, baixa ou média tensão).

- Após a instalação completa, será feita a verificação do prumo e estabilidade do poste, além da checagem de conexões elétricas e fixações mecânicas.

- Todo o serviço deverá seguir os critérios de segurança do trabalho (NR 10 e NR 18) e normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas a instalações elétricas aéreas em áreas públicas.

Critério de Medição:


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

A medição será realizada por unidade (un) de poste de concreto armado, seção tipo duplo T, com extensão de 8,00 metros e resistência de 150 daN, tipo D, incluindo fornecimento, transporte, escavação, instalação completa, reaterro, compactação, mão de obra, equipamentos e materiais acessórios, conforme projeto e aprovação da fiscalização.

CANALETA MEIA-CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 30 cm)

Método Construtivo:

- A execução será iniciada com a definição do traçado e cotas das canaletas, conforme projeto de drenagem superficial ou escoamento de águas pluviais, garantindo a declividade necessária para o escoamento eficiente da água, conforme normas técnicas e diretrizes do projeto executivo.

- Será realizada a escavação do leito da canaleta, manual ou mecanicamente, de acordo com as dimensões das peças pré-moldadas (meia-cana de D = 30 cm), com profundidade compatível para garantir o correto assentamento das peças e o nivelamento adequado do fundo.

- Em seguida, será executado o preparo da base, com aplicação de uma camada de regularização em concreto magro ou argamassa, ou, quando especificado, uma base de brita compactada, para garantir apoio contínuo e evitar recalques.

- Será feito o assentamento das peças pré-moldadas de concreto, do tipo meia-cana, com diâmetro de 30 cm, posicionadas em sequência linear ou curva, conforme projeto. As peças deverão ser niveladas e alinhadas manualmente com o uso de prumo, nível e linha-guia.

- As juntas entre as peças serão preenchidas com argamassa de cimento e areia (traço 1:3) ou outro material especificado, garantindo estanqueidade e integridade da canaleta como um sistema contínuo.

- Após o assentamento, será realizada a limpeza interna das canaletas para remoção de detritos, garantindo o fluxo livre da água. Também poderá ser feita a compactação lateral com reaterro do solo ou acabamento em concreto, conforme exigência do local e do projeto.

- Quando aplicável, serão executadas conexões com bocas de lobo, tubos ou caixas de captação, garantindo integração ao sistema de drenagem existente.

- Todo o serviço será executado com atenção às normas de segurança, à acessibilidade e à durabilidade da instalação, especialmente em áreas de circulação de pedestres ou veículos.


Critério de Medição:

A medição será realizada em metro linear (m) de canaleta meia-cana pré-moldada de concreto, com diâmetro de 30 cm, incluindo fornecimento, transporte, escavação, base, assentamento, rejuntamento, reaterro e acabamento, conforme AF_05/2025, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, Ø 300

mm

Método Construtivo:


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- A execução terá início com a locação do trecho da rede de drenagem pluvial, com marcação do eixo da tubulação, cotas de nível e declividade, conforme o projeto de drenagem aprovado e as diretrizes do plano diretor da obra.
- Será realizada a escavação mecanizada ou manual da vala, com largura e profundidade adequadas ao diâmetro dos tubos (300 mm), considerando a espessura da cama de assentamento e o recobrimento mínimo exigido.
- Na base da vala será executada uma cama de assentamento com camada de areia ou concreto magro, com espessura média de 10 cm, devidamente nivelada e compactada para garantir o apoio contínuo dos tubos e a estabilidade da rede.
- Será feito o assentamento manual ou com auxílio mecânico dos tubos de concreto simples (não armados), com junta rígida (encaixe tipo macho-fêmea), obedecendo ao sentido contrário do escoamento da água. As juntas serão ajustadas com alavancas ou equipamentos leves, garantindo o correto encaixe e o alinhamento do tubo.
- As juntas serão vedadas com argamassa de cimento e areia (traço 1:3), aplicadas interna ou externamente, de forma a garantir a estanqueidade do sistema. A cura das juntas será respeitada conforme orientações técnicas.
- Será mantida a declividade constante entre os trechos, de acordo com o projeto (geralmente entre 0,5% e 2%), garantindo o escoamento eficiente das águas pluviais.
- Após o assentamento, será feito o preenchimento lateral (recheio) com material selecionado, compactado em camadas de no máximo 20 cm até pelo menos 30 cm acima da geratriz superior do tubo, seguido do reaterro final com compactação mecânica ou manual, conforme o tipo de solo e as cargas previstas.
- Serão executadas as conexões com poços de visita, bocas de lobo ou caixas de inspeção, conforme detalhamento do projeto e dispositivos hidráulicos.
- A instalação será realizada em área com baixo nível de interferências (sem cruzamentos com redes de água, esgoto, gás ou elétrica), dispensando proteção especial, mas sempre respeitando as normas de segurança e técnicas vigentes.


Critério de Medição:

A medição será realizada em metro linear (m) de tubo de concreto simples para águas pluviais, com diâmetro de 300 mm, junta rígida, incluindo fornecimento, transporte, escavação, cama de assentamento, assentamento, rejuntamento, compactação lateral, reaterro e limpeza final, conforme AF_03/2024, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

**CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO,
DIMENSÕES INTERNAS: 0,80 x 0,80 x 0,50 m**

Método Construtivo:

- A execução será iniciada com a locação precisa do ponto de instalação da caixa enterrada, conforme projeto hidráulico, verificando-se a posição em planta, cotas altimétricas e conexões com as redes de entrada e saída.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- Será realizada a escavação manual ou mecanizada do solo, com dimensões compatíveis com as medidas externas da caixa pré-moldada, acrescidas de folgas para ajuste e aplicação de material de assentamento.
- Na base da escavação, será executado um lastro de brita graduada ou concreto magro, com espessura média de 10 cm, devidamente nivelado e compactado, para garantir a estabilidade e o nivelamento da caixa.
- Em seguida, será realizado o assentamento da caixa hidráulica pré-moldada, em concreto, com dimensões internas de 0,80 x 0,80 x 0,50 m. A peça será posicionada com auxílio de equipamentos ou manualmente (conforme peso), garantindo seu nivelamento e o correto posicionamento das conexões.
- Serão realizadas as ligações hidráulicas, com perfuração das paredes da caixa, quando necessário, utilizando ferramentas apropriadas para não comprometer a integridade estrutural da peça. As conexões com tubos deverão ser vedadas com argamassa ou elementos de vedação apropriados (anéis de borracha, buchas, etc.).
- As paredes externas da caixa poderão receber revestimento impermeabilizante, se especificado, para proteção contra infiltrações, principalmente em locais com lençol freático elevado ou solos saturados.
- Será feita a reposição e compactação do solo ao redor da caixa, em camadas sucessivas de no máximo 20 cm, garantindo estabilidade e evitando recalques futuros.
- Por fim, será instalada a tampa da caixa, que pode ser de concreto, metálica ou polimérica, conforme especificação do projeto. A tampa deverá estar nivelada com o piso acabado ou com o terreno natural, conforme o uso (acesso eventual, manutenção, tráfego leve/pesado).
- Todo o serviço será executado de acordo com normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relativas à segurança, durabilidade e estanqueidade de sistemas enterrados.


Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (un) de caixa hidráulica enterrada retangular, em concreto pré-moldado, com dimensões internas de 0,80 x 0,80 x 0,50 m, incluindo fornecimento da peça, escavação, base de assentamento, instalação, conexões hidráulicas, reaterro, tampa e acabamento, conforme AF_12/2020, projeto executivo e aprovação da fiscalização.

PLAYGROUND – BRINQUEDOS DE MADEIRA – CASA DO TARZAN COM DUAS COBERTAS, PONTE, DUAS RAMPAS DE ESCALADA, DOIS ESCORREGADORES, PONTE E ESCADA MARINHEIRO

Método Construtivo:

- O conjunto de brinquedos do tipo Casa do Tarzan será composto por estrutura principal em madeira de reflorestamento tratada (autoclave ou similar), com duas plataformas cobertas, interligadas por ponte suspensa, duas rampas de escalada, dois escorregadores e escada marinho, formando um circuito lúdico contínuo.
- A madeira deverá ser certificada e tratada contra fungos, cupins e umidade, atendendo aos requisitos de durabilidade, segurança e sustentabilidade ambiental. Todas as peças deverão receber acabamento lixado, cantos arredondados e verniz protetor atóxico.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- As bases estruturais serão firmemente fixadas ao solo por meio de sapatas de concreto ou buchas metálicas de ancoragem, garantindo estabilidade e impedindo o deslocamento do conjunto durante o uso.
- Os escorregadores poderão ser confeccionados em polietileno rotomoldado de alta densidade (PEAD) ou em madeira revestida e pintada com tinta atóxica, de acordo com a especificação do fabricante.
- As rampas de escalada serão formadas por tábuas de madeira com apoios transversais (pinos ou degraus), devidamente fixados e espaçados conforme a altura da estrutura.
- A ponte suspensa interligando as duas torres será executada em madeira e cabos metálicos revestidos, com guarda-corpos laterais, garantindo segurança e estabilidade.
- As coberturas das torres serão em madeira ripada ou telha ecológica, proporcionando sombreamento e proteção às áreas de circulação superior.
- A instalação será executada sobre piso de segurança, preferencialmente emborrachado ou com manta de amortecimento, conforme projeto e normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071 – Equipamentos e áreas de lazer).
- Todos os elementos deverão ser montados conforme instruções técnicas do fabricante, com inspeção final de estabilidade e acabamento antes da liberação para uso.
- O conjunto deverá ser instalado em área livre e nivelada, observando-se afastamentos mínimos de segurança entre equipamentos e demais elementos do parque infantil.


Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (un) de conjunto playground tipo Casa do Tarzan, completo e instalado, incluindo fornecimento e transporte de todos os componentes, estrutura em madeira tratada, fixações, rampas, escorregadores, ponte, escada marinho, coberturas, pintura e acabamento final, além da fixação ao piso de segurança e limpeza da área de instalação. O serviço deverá atender ao projeto executivo, às especificações técnicas, às normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071) e à aprovação da fiscalização.

ESCORREGO NATURAL COM SUBIDA TIPO ESCALADA, PATAMAR DE MADEIRA TRATADA, ESCORREGO DE METAL E APOIADO EM "MONTE" COBERTO (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO)

Método Construtivo:

- O escorrego será constituído por patamar em madeira tratada, certificada e protegida contra cupins, fungos e intempéries, garantindo durabilidade e segurança para uso infantil.
- O acesso ao patamar será feito por meio de subida tipo escalada, formada por degraus ou apoios fixos em madeira resistente, adequados à faixa etária prevista, com espaçamento seguro e ergonomia compatível.
- O escorrego propriamente dito será em metal galvanizado ou inoxidável, com superfície lisa, bordas arredondadas e inclinação adequada para segurança e diversão, apoiado sobre o monte natural coberto, que servirá como base de apoio e absorção de impactos.
- Toda a montagem será realizada conforme instruções do fabricante, com fixações seguras, inspeção de estabilidade e conferência de alinhamento, assegurando que não haja folgas ou pontos de risco.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

- O acesso e saída do escorrego serão planejados com área de escape livre de obstáculos, atendendo às normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071) e garantindo espaço suficiente para circulação segura.
- O acabamento final incluirá lixamento da madeira, pintura ou verniz atóxico quando necessário, e limpeza da área após instalação.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (um) de escorrego natural instalado, incluindo fornecimento, transporte e instalação do patamar de madeira tratada, subida tipo escalada, escorrego metálico, fixações, acabamento e limpeza da área. O serviço deverá atender ao projeto executivo, às especificações técnicas, às normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071) e à aprovação da fiscalização.

BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA DE MADEIRA TRATADA (FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO)**Método Construtivo:**

- O balanço será composto por estrutura principal em madeira de reflorestamento tratada, certificada e protegida contra cupins, fungos e intempéries, garantindo durabilidade, estabilidade e segurança para uso infantil.
- A estrutura suportará dois assentos suspensos, confeccionados em madeira tratada ou material sintético resistente, com dimensões adequadas à faixa etária, com superfícies lisas e bordas arredondadas.
- Os assentos serão fixados à estrutura por correntes metálicas galvanizadas, revestidas com capa de PVC ou material protetor para prevenir acidentes e garantir conforto ao usuário.
- A base da estrutura será fixada ao solo mediante sapatas de concreto ou elementos de ancoragem metálicos, assegurando estabilidade e evitando deslocamento durante o uso.
- Toda a instalação deverá respeitar as normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071), mantendo área de circulação livre e afastamentos mínimos entre o equipamento e obstáculos.
- O acabamento incluirá lixamento da madeira, aplicação de verniz atóxico e inspeção de segurança antes da liberação para uso.

Critério de Medição:

A medição será realizada por unidade (un) de balanço de 2 lugares instalado, incluindo fornecimento, transporte, estrutura de madeira tratada, assentos, correntes, elementos de fixação, ancoragem no solo, acabamento e limpeza da área. O serviço deverá atender ao projeto executivo, às especificações técnicas, às normas de segurança infantil (ABNT NBR 16071) e à aprovação da fiscalização.

PISO SINTÉTICO PARA ATLETISMO, SEM JUNTAS OU EMENDAS, COM DUAS CAMADAS DISTINTAS, SENDO A CAMADA INTERIOR COMPOSTA DE UMA MANTA FLEXÍVEL DE GRÂNULOS PRETOS DE BORRACHA VULCANIZADA SBR 6 MM, AGLOMERADOS COM RESINAS DE POLIURETANO, E A CAMADA SUPERIOR COMPOSTA DE GRANULADO FINO DE BORRACHA

EPDM COLORIDO E RESINAS COLORIDAS DE POLIURETANO, COM ESPESSURA TOTAL DE 12MM, TIPO LISOTAN, LISONDA OU SIMILAR.

Método Construtivo:

- A execução do piso sintético será precedida de vistoria e preparação da base, garantindo-se superfície firme, nivelada, regular e isenta de umidade, conforme projeto executivo e recomendações do fabricante.

- A base deverá ser constituída de concreto ou asfalto devidamente curado, limpa, seca, com declividade adequada para drenagem superficial e sem fissuras, trincas ou imperfeições que comprometam a aderência do sistema.

- Será aplicada uma camada de primer de poliuretano sobre a base, atuando como agente de ligação e vedação contra umidade ascendente, conforme especificações técnicas do fornecedor do piso.

- Em seguida, será aplicada a camada inferior composta por uma manta flexível de grânulos pretos de borracha vulcanizada SBR, com espessura aproximada de 6 mm, aglomerada com resina de poliuretano. Essa camada será espalhada mecanicamente ou manualmente e nivelada com régua metálica ou desempenadeira, garantindo espessura uniforme e acabamento regular.

- Após a cura inicial da camada inferior, será executada a camada superior composta de granulado fino de borracha EPDM colorido, misturado a resinas de poliuretano pigmentadas. A mistura será aplicada in loco, em camada contínua, formando acabamento homogêneo, antiderrapante e resistente à abrasão, com espessura final total de 12 mm.

- O sistema será executado sem juntas ou emendas visíveis, garantindo perfeita continuidade e desempenho esportivo uniforme em toda a área.

- O acabamento da superfície deverá apresentar textura lisa e elástica, adequada à prática de atletismo, conforme normas World Athletics (WA) e ABNT NBR 16076 – Revestimento sintético para áreas esportivas.


- As marcações das raias e demais demarcações serão realizadas após a cura total do piso, utilizando tinta de alta resistência à abrasão e aos raios UV, conforme projeto esportivo.

- Todo o processo deverá ser acompanhado por equipe técnica especializada e seguir rigorosamente as recomendações do fabricante quanto a temperatura, umidade, tempo de cura e condições de aplicação.

Critério de Medição:

A medição será efetuada em metro quadrado (m²) de piso sintético aplicado, incluindo todos os materiais, mão de obra e etapas necessárias: preparo e regularização da base, aplicação do primer, execução das camadas SBR e EPDM com resinas de poliuretano, nivelamento, cura, marcações esportivas e limpeza final. A execução deverá atender ao projeto executivo, especificações técnicas, normas aplicáveis e aprovação da fiscalização.

GRAMA SINTÉTICA EM POLIETILENO, COM ALTURA MÍNIMA DE 50 mm - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Método Construtivo:

- A execução da grama sintética será realizada sobre piso de concreto desempenado e nivelado, devidamente curado, seco e isento de trincas, pó, graxas ou partículas soltas.
- O piso deverá apresentar declividade mínima de 0,5% a 1%, direcionada aos pontos de drenagem, garantindo o escoamento superficial e evitando o acúmulo de água sob o revestimento.
- Antes da instalação, será feita limpeza completa da base e, em seguida, a aplicação de primer ou resina seladora compatível com o adesivo de poliuretano, a fim de melhorar a aderência e proteger contra a umidade.
- Serão então desenroladas e posicionadas as mantas de grama sintética em polietileno, com altura mínima de 50 mm, fibras com tratamento anti-UV e alta resistência à abrasão, apropriadas para uso esportivo e recreativo.
- As emendas entre mantas serão unidas com fita de união e adesivo de poliuretano bicomponente, garantindo perfeita aderência, acabamento nivelado e continuidade visual.
- Após a fixação, será executado o preenchimento (infill), constituído por camada de areia de quartzo lavada e seca, seguida de granulado de borracha SBR ou EPDM, distribuídos mecanicamente até o nivelamento das fibras.
- Em seguida, será realizada escovação mecânica final, promovendo o alinhamento das fibras e a homogeneização do material de enchimento.
- A aplicação deverá ocorrer sob condições climáticas adequadas (sem chuva e com temperatura controlada), conforme recomendações do fabricante e sob supervisão técnica qualificada.
- Todo o sistema deverá atender às exigências de desempenho, resistência e segurança, conforme as normas ABNT NBR 16076 e orientações do fabricante.

Critério de Medição:

A medição será efetuada em metro quadrado (m²) de grama sintética em polietileno aplicada sobre piso de concreto, incluindo fornecimento e transporte dos materiais, preparação da base, aplicação do primer, colagem das mantas, execução das emendas, preenchimento com areia e granulado de borracha, escovação e acabamento final. O serviço deverá atender ao projeto executivo, às especificações técnicas, às normas vigentes e à aprovação da fiscalização.

NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

- Normas ABNT;
- Cadernos Técnicos do SINAPI;
- Especificações CEHOP;
- Manual de Obras Públicas-Edificações – Práticas da SEAP


6.6 ENTREGA DA OBRA

A obra será entregue pela CONTRATADA completamente limpa, com os pisos lavados, sem manchas de óleo, ferrugem ou crostas de argamassa. O terreno da obra também deverá ser entregue limpo, sem entulhos, restos de tábuas, etc.


As ferragens das esquadrias deverão estar em perfeito funcionamento, reguladas e lubrificadas. As instalações serão entregues em condições de uso imediato, devendo para isto, estarem ligadas as respectivas redes.

6.7 CASOS OMISSOS

Os casos omissos de detalhes construtivos e especificações de materiais serão resolvidos pela equipe técnica da SEMED.


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

7. PROJETO GRÁFICO (PLANTAS)


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Melhor 9 min 8 min 56 min 14 min

Pesquisar no trajeto... Postos de gasolina Carregamento de VE

Praça dos mlk do quilombo, Q. 30 - Palm
Secretaria Municipal de Educação, R. Co

Adicionar destino

Sair agora Opções

Enviar rotas para seu smartphone Copiar link

via Q. C 9 min
Trajeto mais rápido, com trânsito fluindo 4,2 km mais que o normal
Detalhes Visualizar

via BR-101 11 min
6,2 km

Conheça locais próximos a Secretaria Municipal de Educação

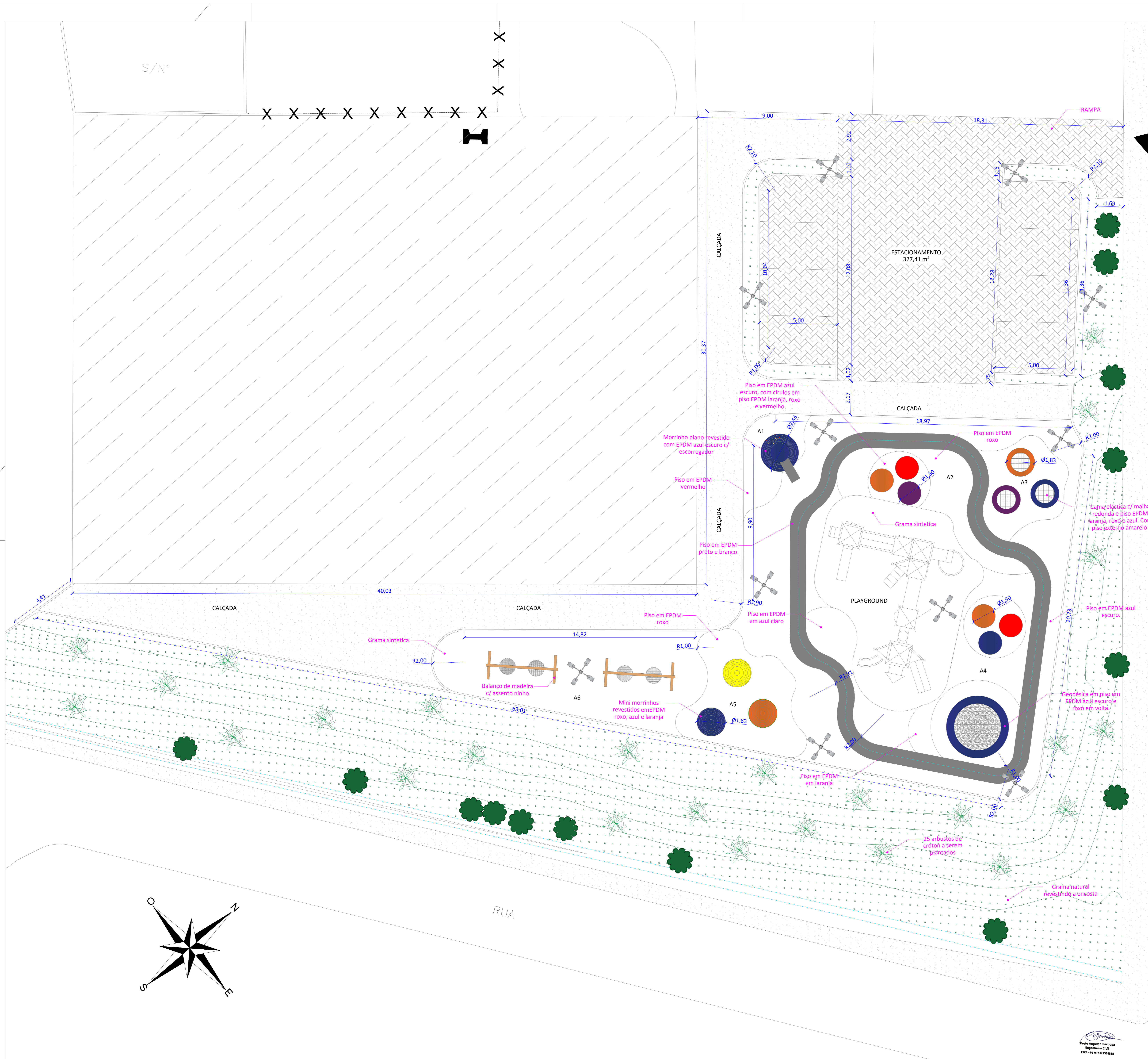
Google Maps

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

<p>LEGENDA:</p>	<p>PROPRIETÁRIO</p> <p>PROJETO</p>	<p>CLIENTE / PROJETO SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014</p> <table border="0"> <tr> <td></td> <td>DESENHOS DA PRANCHA</td> <td>ESCALA</td> </tr> <tr> <td></td> <td>PLANTA LOCALIZAÇÃO</td> <td>1:600</td> </tr> </table> <table border="0"> <tr> <td>ETAPA PROJETO BÁSICO</td> <td>RESPONSÁVEL - DESENHO PAULO BARBOSA</td> <td>REVISÃO</td> <td>DATA OUT / 2025</td> <td>PRANCHA 01/04</td> </tr> </table>		DESENHOS DA PRANCHA	ESCALA		PLANTA LOCALIZAÇÃO	1:600	ETAPA PROJETO BÁSICO	RESPONSÁVEL - DESENHO PAULO BARBOSA	REVISÃO	DATA OUT / 2025	PRANCHA 01/04
	DESENHOS DA PRANCHA	ESCALA											
	PLANTA LOCALIZAÇÃO	1:600											
ETAPA PROJETO BÁSICO	RESPONSÁVEL - DESENHO PAULO BARBOSA	REVISÃO	DATA OUT / 2025	PRANCHA 01/04									

Paulo Augusto Barbosa
Paulo Augusto Barbosa
 Engenheiro Civil
 CREA - PE Nº 1821526538



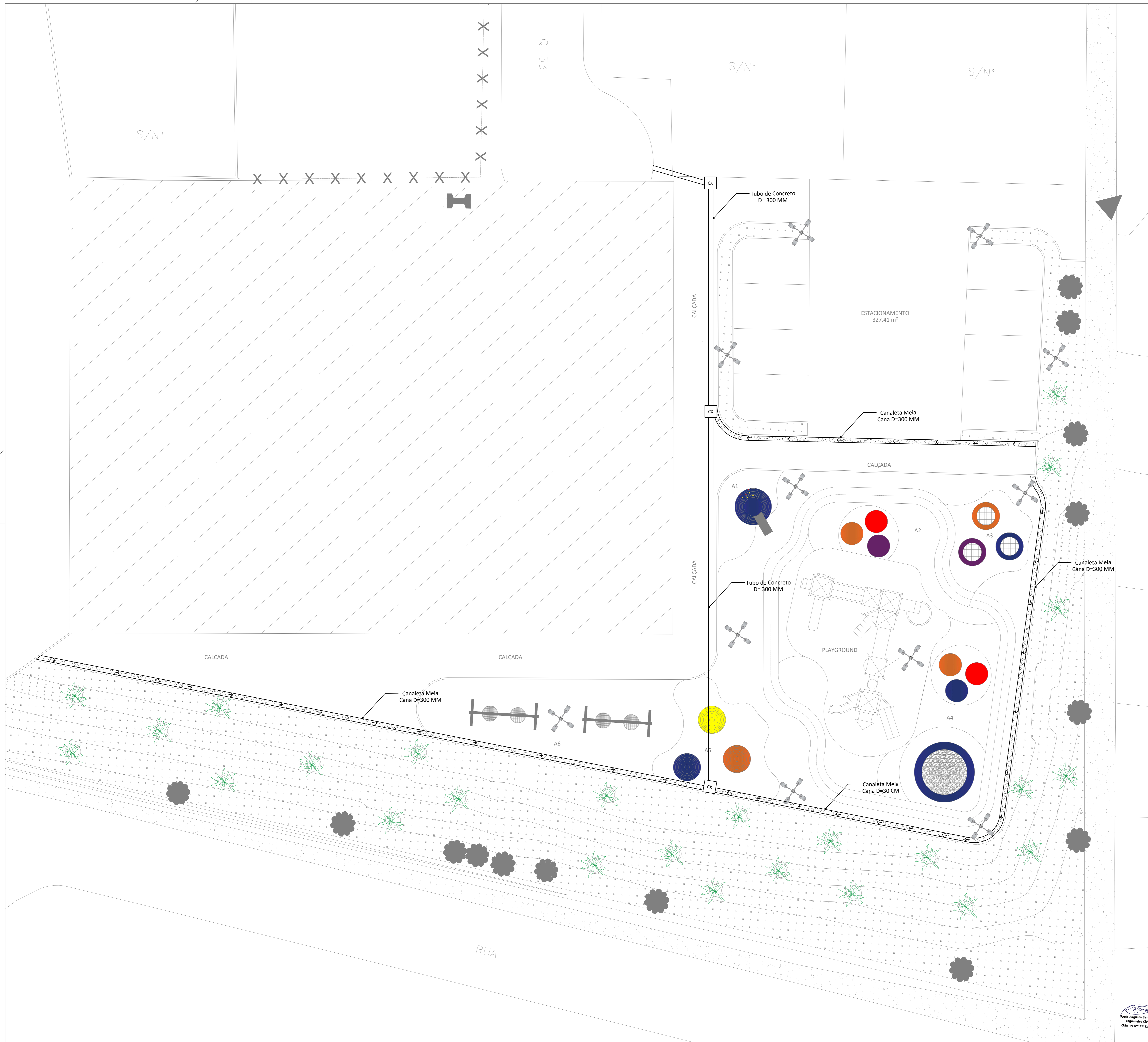


OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II	
CLIENTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES/PE	ASSUNTO: PROJETO BÁSICO
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	CLIENTE:
CHARRA CAMPOS - CAU AR25760	
CÓPIA:	REVISÃO:
VISTO:	ESCALA: S/E
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA:	DATA: OUT/25
DESENHOS DA PRANCHA:	FRANCHA:
DETALHAMENTO	03/04

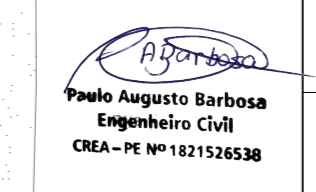


Rua Coronel João Alfredo, S/N - Centro
Palmares - PE - CEP: 55040-000

Autorização: Processo: 012/2024. MARCELO DOS REIS LOPES
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmares.pec.br/validar. DocId:32464848-0000-0000-0000-000000000000




OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBRO II	
CLIENTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES/PE	ASSUNTO: PROJETO BÁSICO
RESPONSÁVEL TÉCNICO: CHARA CAMPOS - CAU AR25760	CLIENTE:
CÓPIA:	REVISÃO: 00
VISTO:	ESCALA: S/E
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA:	DATA: OUT/25
DESENHOS DA PRONHA: DETALHAMENTO DE DRENAGEM	FRANCHA: 04/04



Modelação e edição: ELIZABETH MARIE OLIVEIRA LOPES
 Para verificação e validade das assinaturas, acesse https://palmares.pe.br/validar/assinatura/2025-10-25-14:15:13

8. ORÇAMENTO, MEMÓRIA DE CÁLCULO, COMPOSIÇÕES E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

8.1 RESUMO DO ORÇAMENTO


O valor total para a plena execução dos serviços necessários para a obra é de **R\$ 614.960,12** (seiscentos e quatorze mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos), estando incluídos todos os custos de mão-de-obra, encargos sociais, insumos e equipamentos de construção, transportes, fretes, taxas e impostos.

O regime previdenciário adotado será **SEM Desoneração**, que mostrou-se ser a opção mais econômica para a Administração Municipal, sendo adotado um **BDI de 20,50%**, na faixa admissível do Acórdão 2622/2013-P do TCU.

Para obtenção dos custos unitários dos serviços e composições foram utilizados preferencialmente a Tabela **SINAPI-PE AGOSTO-2025, ORSE-SE JULHO-2025 e COMPOSIÇÕES - SEM Desoneração**.

Dessa forma, os preços praticados refletem a realidade do mercado local, podendo ser aferidos em conformidade com a NBR 12.721 da ABNT.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

FONTES DE PREÇOS: SINAPI-PE AGOSTO-2025/ ORSE-SE JULHO-2025/COMPOSIÇÕES/ SEM DESONERAÇÃO/ BDI = 20,5%

DATA: OUTUBRO/2025

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 MESES

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	V. UNIT. S/BDI	V. UNIT. C/BDI	V. TOTAL C/BDI
1.0			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					17.752,05
1.1	COMPOSIÇÃO	CP01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	UN	1,00	14.731,99	17.752,05	17.752,05
I			PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II					
1.0			SERVIÇOS PRELIMINARES					35.812,97
1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	0,50	468,16	564,13	282,06
1.2	SINAPI	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	1.400,00	5,13	6,18	8.652,00
1.3	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2	165,00	95,69	115,31	19.026,15
1.4	SINAPI	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZACÕES. AF_03/2024	M	94,00	69,33	83,54	7.852,76
2.0			PISOS					429.221,54
2.1	SINAPI	94278	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) AF_01/2024	M	370,85	43,52	52,44	19.447,37
2.2	SINAPI	94319	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILÓ-ARENOSO. AF_08/2023	M3	72,00	81,24	97,89	7.048,08
2.3	SINAPI	92398	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	M2	325,30	83,39	100,48	32.686,14
2.4	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	316,00	92,12	111,00	35.076,00
2.5	SINAPI	94993	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	580,11	69,19	83,37	48.363,77
2.7	COMPOSIÇÃO	CP07	PISO SINTÉTICO PARA ATLETISMO, SEM JUNTAS OU EMENDAS, COM DUAS CAMADAS DISTINTAS, SENDO A CAMADA INTERIOR COMPOSTA DE UMA MANTA FLEXÍVEL DE GRÂNULOS PRETOS DE BORRACHA VULCANIZADA SBR, AGLOMERADOS COM RESINAS DE POLIURETANO, E A CAMADA SUPERIOR COMPOSTA DE GRANULADO FINO DE BORRACHA EPDM COLORIDO E RESINAS COLORIDAS DE POLIURETANO, COM ESPESSURA TOTAL DE 12MM,	M2	291,93	647,18	779,85	227.661,61
2.8	COMPOSIÇÃO	CP08	GRAMA SINTÉTICA EM POLIETILENO, COM ALTURA MÍNIMA DE 50MM, INCLUSIVE FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, GRANULO DE PNEU MAIS AREIA PARA AMORTECIMENTO E PROTEÇÃO UV	M2	288,18	169,73	204,52	58.938,57
3.0			PAISAGISMO					11.547,54
3.1	SINAPI	105521	ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PARA O PLANTIO. AF_07/2024	M2	288,25	3,34	4,02	1.158,76
3.2	SINAPI	98504	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	M2	288,25	21,16	25,50	7.350,37
3.3	ORSE	08817	PLANTA - CROTON, FORNECIMENTO E PLANTIO	UN	25,00	8,40	10,12	253,00
3.4	ORSE	7657	LIMITADOR DE GRAMA COM BORDA FINA, L=12,5CM	M	78,54	16,26	19,59	1.538,59
3.5	ORSE	09883	ARGILA EXPANDIDA PARA ORNAMENTAÇÃO DE VASOS E JARDINS	L	981,75	1,05	1,27	1.246,82
4.0			PINTURA					12.827,11
4.1	SINAPI	102491	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	434,67	24,49	29,51	12.827,11
5.0			ELÉTRICA					57.250,22
5.1	SINAPI	97881	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UN	11,00	119,57	144,08	1.584,88
5.2	SINAPI	95728	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	M	118,65	28,08	33,84	4.015,11
5.3	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	297,00	4,60	5,54	1.645,38
5.4	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	237,30	9,90	11,93	2.830,98
5.5	SINAPI	96985	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	11,00	110,16	132,74	1.460,14
5.6	COMPOSIÇÃO	CP03	POSTE DECORATIVO 4 PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO, COM 8M Ø=60,3MM PINTADO, INCLUSIVE 4 LUMINÁRIA DE LED 50W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	11,00	3.251,59	3.978,17	43.099,87

Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

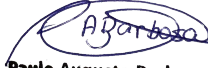
LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

FONTES DE PREÇOS: SINAPI-PE AGOSTO-2025/ ORSE-SE JULHO-2025/COMPOSIÇÕES/ SEM DESONERAÇÃO/ BDI = 20,5%

DATA: OUTUBRO/2025


PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 MESES

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	V. UNIT. S/BDI	V. UNIT. C/BDI	V. TOTAL C/BDI
5.7	SINAPI-I	41195	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 8,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D	UN	1,00	502,61	605,65	605,65
5.8	SINAPI	101632	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	1,00	36,41	43,87	43,87
5.9	SINAPI	101493	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020 PS	UN	1,00	1.630,16	1.964,34	1.964,34
6.0			DRENAGEM					20.637,87
6.1	SINAPI	102990	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 30 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_05/2025	M	115,00	53,26	64,18	7.380,70
6.2	SINAPI	97898	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,5 M. AF_12/2020	UN	5,00	737,96	889,24	4.446,20
6.3	SINAPI	95567	TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	77,50	94,35	113,69	8.810,97
7.0			BRINQUEDOS					29.358,66
7.1	COMPOSIÇÃO	CP04	PLAYGROUND-BRINQUEDOS DE MADEIRA-CASA DO TARZAN COM DUAS COBERTAS, PONTE, COM DUAS RAMPAS DE ESCALADA, DOIS ESCORREGADORES, PONTE E ESCADA MARINHEIRO	UN	1,00	16.620,51	20.027,71	20.027,71
7.2	COMPOSIÇÃO	CP05	ESCORREGO NATURAL COM SUBIDA TIPO ESCALADA, PATAMAR DE MADEIRA TRATADA, ESCORREGO DE METAL E APOIADO EM "MONTE" COBERTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	3.681,45	4.436,15	4.436,15
7.3	COMPOSIÇÃO	CP06	BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA DE MADEIRA TRATADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	2.031,04	2.447,40	4.894,80
8.0			SERVIÇOS EXTRAS					552,16
8.1	ORSE	12507	PLACA DE SINALIZAÇÃO, DIM.: 60 X 80 CM, - "ESTACIONAMENTO RESERVADO - DEFICIENTE/IDOSOS", INCLUSO BARROTE PARA FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	229,11	276,08	552,16
TOTAL GERAL (R\$):								614.960,12


Paulo Augusto Barbosa
 Engenheiro Civil
 CREA - PE Nº 1821526538

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C-165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C-165-E5A7-B560

MEMÓRIA DE CÁLCULO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
I.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL						
I.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	UN					
	Estimava para ao local da obra (Encarregado) - 1 vez por semana e 4 semanas durante 3 meses (1x4x3) / Estimava para ao local da obra (Engenheiro) - 1 visita de 4 horas, 1 vez por semana e 4 semanas durante 3 meses (1x4x3)		1,00				1,00
	Total item I.1						1,00
I	PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II						
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2					
	Placa de Obra no Padrão do Municipal			1,00		0,50	0,50
	Total item 1.1						0,50
1.2	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2					
	Área do Parque			ÁREA CAD			1.400,00
				1.400,00			
	Total item 1.2						1.400,00
1.3	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	M2					
	Isolamento da Área a Ser Construída						
	Frente			45,00		2,20	99,00
	L.D			30,00		2,20	66,00
	Total item 1.3						165,00
1.4	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M					
	Locação de Obra						
			2,00	25,00			50,00
			2,00	22,00			44,00
	Total item 1.4						94,00
2.0	PISOS						
2.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) AF_01/2024	M					
	Canteiros dos Estacionamentos		4,00	3,96			15,84
			2,00	3,34			6,68
				10,10			10,10
			2,00	1,60			3,20
				10,08			

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538



MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
							0,00
				1,69			1,69
				3,01			3,01
			2,00	4,29			8,58
				1,17			1,17
				1,75			1,75
				11,35			11,35
				5,15			5,15
	Meios-fios de Coneteção das Calçadas						0,00
				2,20			2,20
				19,00			19,00
				3,34			3,34
				9,90			9,90
				3,00			3,00
				15,90			15,90
				5,60			5,60
				3,00			3,00
				63,11			63,11
				3,26			3,26
				20,75			20,75
				1,50			1,50
				1,31			1,31
	Meios-fios de Contenção para o Piso EPTM						0,00
				6,55			6,55
				2,61			2,61
				2,72			2,72
				1,32			1,32
				0,87			0,87
				1,32			1,32
				1,79			1,79
				1,82			1,82
				2,24			2,24
				4,00			4,00
				2,60			2,60
							0,00
				3,37			3,37
				1,78			1,78
				1,52			1,52
				1,42			1,42
				1,50			1,50
				1,67			1,67
				4,10			4,10
				4,75			4,75
				10,50			10,50
				3,26			3,26
				7,70			7,70
				4,80			4,80
				3,05			3,05
				2,75			2,75
				7,30			7,30
				2,10			2,10
				1,90			1,90
				4,45			4,45
				5,10			5,10
				2,60			2,60
							0,00
				1,90			1,90
				1,32			1,32
				1,60			1,60

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
				2,78			2,78
				1,40			1,40
				38,00			38,00
	Total item 2.1						370,85
2.2	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF 08/2023	M3					
				ÁREA CAD		Hméd	
	Área a ser Nivelada			600,00		0,12	72,00
	Total item 2.2						72,00
2.3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF 10/2022	M2					
	Área de Estacionamento			ÁREA CAD			
				325,30			325,30
	Total item 2.3						325,30
2.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2					
	Calçadas			ÁREA CAD			
				316,00			316,00
	Total item 2.4						316,00
2.5	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2					
	Piso de Concreto para Revestimento em EPTM			ÁREA CAD			
	Vide item 2.7			291,93			291,93
	Piso de Concreto para Revestimento para Grama Sintética						0,00
	Vide item 2.8			288,18			288,18
	Total item 2.5						580,11
2.7	PISO SINTÉTICO PARA ATLETISMO, SEM JUNTAS OU EMENDAS, COM DUAS CAMADAS DISTINTAS, SENDO A CAMADA INTERIOR COMPOSTA DE UMA MANTA FLEXÍVEL DE GRÂNULOS PRETOS DE BORRACHA VULCANIZADA SBR, AGLOMERADOS COM RESINAS DE POLIURETANO, E A CAMADA SUPERIOR COMPOSTA DE GRANULADO FINO DE BORRACHA EPDM COLORIDO E RESINAS COLORIDAS DE POLIURETANO, COM ESPESSURA TOTAL DE 12MM,	M2					
	PISO EPDM			ÁREA CAD			
	Vermelho			16,84			16,84
	Azul Escuro			28,90			28,90
	Preto			63,98			63,98
	Roxo			76,99			76,99
	Laranja			57,79			57,79
	Amarelo			28,48			28,48
	Azul Claro			18,95			18,95

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
	Total item 2.7						291,93
2.8	GRAMA SINTÉTICA EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, GRANULO DE PNEU MAIS AREIA PARA AMORTECIMENTO E PROTEÇÃO UV	M2					
	Grama Sintética			ÁREA CAD			
				580,11			580,11
	Desconto de Piso EPDM		-1,00	291,93			-291,93
	Total item 2.8						288,18
3.0	PAISAGISMO						
3.1	ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PARA O PLANTIO. AF_07/2024	M2					
	Plantio de Gramas			ÁREA CAD			
				20,25			20,25
				268,00			268,00
	Total item 3.1						288,25
3.2	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS. AF_07/2024	M2					
	Plantio de Gramas			ÁREA CAD			
				20,25			20,25
				268,00			268,00
	Total item 3.2						288,25
3.3	PLANTA - CROTON, FORNECIMENTO E PLANTIO	UN					
	Arbustos Croton						
			25,00				25,00
	Total item 3.3						25,00
3.4	LIMITADOR DE GRAMA COM BORDA FINA, L=12,5CM	M					
	Limitador de Grama Para os Arbustos			Compr. De Arco			
			25,00	3,14			78,54
	Total item 3.4						78,54
3.5	ARGILA EXPANDIDA PARA ORNAMENTAÇÃO DE VASOS E JARDINS	L					
	Limitador de Grama Para os Arbustos		Quant.	Área	L/M3	Esp.	
			25,00	0,79	1.000,00	0,05	981,75
	Total item 3.5						981,75
4.0	PINTURA						
4.1	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2					
	Pintura das Calçadas			ÁREA			
	Vide item 2.4			316,00			316,00
				COMPR.			
	Pintura faces externas de meio fio (Vide item 2.1)			370,85	0,32		0,00
							198,67

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 182152653

MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
	Total item 4.1						434,67
5.0	ELÉTRICA						
5.1	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF 12/2020	UN					
	Aterramento dos Postes		11,00				11,00
	Total item 5.1						11,00
5.2	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 10/2022	M					
	Ligação entre os Postes			10,00			10,00
				9,20			9,20
				13,30			13,30
				12,05			12,05
				12,00			12,00
				9,45			9,45
				10,00			10,00
				10,50			10,50
				11,00			11,00
				16,15			16,15
				5,00			5,00
	Total item 5.2						118,65
5.3	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M					
	Súbia dos Postes		Quant.	F+N+T			
			11,00	3,00		9,00	297,00
	Total item 5.3						297,00
5.4	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 03/2023	M					
	Ligação entre os Postes				F+N		
				10,00	2,00		20,00
				9,20	2,00		18,40
				13,30	2,00		26,60
				12,05	2,00		24,10
				12,00	2,00		24,00
				9,45	2,00		18,90
				10,00	2,00		20,00
				10,50	2,00		21,00
				11,00	2,00		22,00
				16,15	2,00		32,30
				5,00	2,00		10,00

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

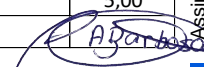
OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
	Total item 5.4						237,30
5.5	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN					
	Aterramento dos Postes		11,00				11,00
	Total item 5.5						11,00
5.6	POSTE DECORATIVO 4 PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO, COM 8M Ø=60,3MM PINTADO, INCLUSIVE 4 LUMINÁRIA DE LED 50W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN					
	Iluminação da Área		11,00				11,00
	Total item 5.6						11,00
5.7	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 8,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D	UN					
	Entrada de Energia		1,00				1,00
	Total item 5.7						1,00
5.8	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN					
	Entrada de Energia		1,00				1,00
	Total item 5.8						1,00
5.9	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020 PS	UN					
	Entrada de Energia		1,00				1,00
	Total item 5.9						1,00
6.0	DRENAGEM						
6.1	CANALETA MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 30 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_05/2025	M					
	Drenagem da Encosta			70,00			70,00
				23,00			23,00
				22,00			22,00
	Total item 6.1						115,00
6.2	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,5 M. AF_12/2020	UN					
	Drenagem da Encosta		5,00				5,00

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560


Paulo Augusto Barbo
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 18215265-0


MEMÓRIA DE CÁLCULO EXPLICATIVO
PROJETO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

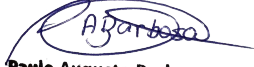
DATA: OUTUBRO/2025

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	TAXA	COMP.	LARG.	ALTURA	TOTAL
	Total item 6.2						5,00
6.3	TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF 03/2024	M					
	Drenagem da Encosta			22,50			22,50
				25,00			25,00
				20,00			20,00
				10,00			10,00
	Total item 6.3						77,50
7.0	BRINQUEDOS						
7.1	PLAYGROUND-BRINQUEDOS DE MADEIRA-CASA DO TARZAN COM DUAS COBERTAS, PONTE, COM DUAS RAMPAS DE ESCALADA, DOIS ESCORREGADORES, PONTE E ESCADA MARINHEIRO	UN					
	Brinquedo Casa do Tarzan		1,00				1,00
	Total item 7.1						1,00
7.2	ESCORREGO NATURAL COM SUBIDA TIPO ESCALADA, PATAMAR DE MADEIRA TRATADA, ESCORREGO DE METAL E APOIADO EM "MONTE" COBERTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN					
	Escorrego apoiado em cima de monte coberto por EPDM		1,00				1,00
	Total item 7.2						1,00
7.3	BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA DE MADEIRA TRATADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN					
	Balanço duplo em madeira		2,00				2,00
	Total item 7.3						2,00
8.0	SERVIÇOS EXTRAS						
8.1	PLACA DE SINALIZAÇÃO, DIM.: 60 X 80 CM, - "ESTACIONAMENTO RESERVADO - DEFICIENTE/IDOSOS", INCLUSO BARROTE PARA FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN					
	Sinalização Vertical						
	Placa de Estacionamento Reservado, pessoa Idosa		1,00				1,00
	Placa de Estacionamento Reservado, pessoa c/ deficiência		1,00				1,00
	Total item 8.1						2,00


Paulo Augusto Barbosa
 Engenheiro Civil
 CREA - PE Nº 1821526538

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014


DATA: OUTUBRO/2025

ETAPA	SERVIÇO	TOTAL ETAPA (R\$)	MÊS/ DESEMBOLSO		
			1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS
#REF!	PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II	614.960,12	214.670,73	208.785,62	191.503,77
		100,00%	34,91%	33,95%	31,14%
I.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	17.752,05	5.858,17	5.858,18	6.035,70
		2,89%	33,00%	33,00%	34,00%
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	35.812,97	17.906,48	17.906,49	0,00
		5,82%	50,00%	50,00%	0,00%
2.0	PISOS	429.221,54	141.643,10	141.643,10	145.935,34
		69,80%	33,00%	33,00%	34,00%
3.0	PAISAGISMO	11.547,54	0,00	5.773,77	5.773,77
		1,88%	0,00%	50,00%	50,00%
4.0	PINTURA	12.827,11	0,00	8.978,97	3.848,14
		2,09%	0,00%	70,00%	30,00%
5.0	ELÉTRICA	57.250,22	28.625,11	28.625,11	0,00
		9,31%	50,00%	50,00%	0,00%
6.0	DRENAGEM	20.637,87	20.637,87	0,00	0,00
		3,36%	100,00%	0,00%	0,00%
7.0	BRINQUEDOS	29.358,66	0,00	0,00	29.358,66
		4,77%	0,00%	0,00%	100,00%
8.0	SERVIÇOS EXTRAS	552,16	0,00	0,00	552,16
		0,09%	0,00%	0,00%	100,00%
TOTAL (R\$):		614.960,12			
		100,00%			

TOTAIS PARCIAIS	214.670,73	208.785,62	191.503,77
	34,91%	33,95%	31,14%


TOTAIS ACUMULADOS	214.670,73	423.456,35	614.960,12
	34,91%	68,86%	100,00%

TOTAL GERAL:	R\$ 614.960,12
---------------------	-----------------------


 Paulo Augusto Barbosa
 Engenheiro Civil
 CREA - PE Nº 1821526538

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

COMPOSIÇÃO DO BDI



Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA SERVIÇOS GERAIS DE EDIFICAÇÕES

BDI - BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

DATA: OUTUBRO/2025

DESCRIÇÃO	SIGLA	VALOR (*)
Taxa de rateio da Administração Central	AC	4,00%
Taxa de Despesas Financeiras	DF	1,23%
Taxa de Risco	R	0,97%
Taxa de Seguro e Taxa de Garantia	S + G	0,80%
COFINS	COFINS	3,00%
ISS (**)	ISS	2,00%
PIS	PIS	0,65%
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA (***)	CPRB	0,00%
Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS, PIS e CPRB)	I	5,65%
Taxa de Lucro	L	6,18%
BDI Resultante		20,50%

Fórmula do BDI conforme Acórdão TCU 2622/2013-P:

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right]$$

Obs.:


(*) Todas as taxas adotadas estão na faixa admissível do Acórdão 2622/2013-P do TCU.

(**) A alíquota de ISS no Município de Palmares/PE é de 5% sobre os custos de mão de obra.

Considerou-se para todos os serviços uma proporção de 40% de mão de obra, de modo que a taxa de ISS a incidir sobre os custos unitários dos itens será de 5% x 40% = 2.00%.

(***) Conforme determina a Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, que altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro 2011, para obras de infraestrutura e do setor de construção, foi regulamentada a substituição da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamentos por uma contribuição de 4,50% sobre a receita bruta, sendo facultativa a opção pela contribuição substitutiva. Nesta composição de BDI NÃO foi considerada a opção pela contribuição substitutiva, sendo portanto necessário utilizar tabelas de custos NÃO DESONERADAS para elaboração do orçamento básico.

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS COMPLEMENTARES


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS COMPLEMENTARES

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

FONTES DE PREÇOS: SINAPI-PE AGOSTO-2025/ ORSE-SE JULHO-2025/COMPOSIÇÕES/ SEM DESONERAÇÃO/ BDI = 20,5%

DATA: OUTUBRO/2025

ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA						
COMPOSIÇÃO 01		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):	93572 / 93565 / SINAPI-PE (MARÇO/2025)			
		Discriminação do código de referência:	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES _ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES			
		Unidade:	UN	Custo Unitário:	R\$ 14.731,99	
Quantidade:	1,00					
SEM DESONERAÇÃO						
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI COMPOSIÇÃO	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1,0909	7847,41	8560,81
SINAPI COMPOSIÇÃO	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	0,2727	22627,68	6171,18
					Total	14.731,99

POSTE DECORATIVO 4 PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO, COM 8M Ø=60,3MM PINTADO, INCLUSIVE 4 LUMINÁRIA DE LED 50W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.						
COMPOSIÇÃO 03		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):	12910/ORSE (OUTUBRO/2022)			
		Discriminação do código de referência:	POSTE DECORATIVO 2 PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO COM DIFUSOR EM VIDRO TRANSPARENTE TEMPERADO, COM 3M/4M, INCLUSIVE LÂMPADA DE LED 50W			
		Unidade:	UN	Custo Unitário:	R\$ 3.251,59	
Quantidade:	1,00					
SEM DESONERAÇÃO						
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Custo Total
ORSE INSUMO	6829	POSTE DE AÇO GALVANIZADO CÔNICO CONTÍNUO RETO, DIÂMETRO SUPERIOR DE 60MM, DIÂMETRO DA BASE 126MM, ALTURA TOTAL 8M, CONIPOST REF. SÉRIE A0008/CLASSE 30 DA CONIPOST OU SIMILAR	UN	1,0000	2142,00	2142,00
ORSE INSUMO	13559	SUPORTE DE FIXAÇÃO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 04 LUMINÁRIAS, ENCAIXE EM POSTE COM TOPO DE Ø 48MM/60,3MM EXTERNO, CÓDIGO SUP04, DA AMES ILUMINAÇÃO OU SIMILAR	UN	1,0000	151,74	151,74
SINAPI COMPOSIÇÃO	42244	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 33 W ATE 50 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	4,0000	177,81	711,24
SINAPI COMPOSIÇÃO	1524	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANÇAMENTO (NBR 8953)	M3	0,2800	496,61	139,05
SINAPI COMPOSIÇÃO	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M3	0,2800	95,25	26,67
SINAPI COMPOSIÇÃO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	29,85	44,77
SINAPI COMPOSIÇÃO	88316	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	24,08	36,12
					Total	3.251,59

PLAYGROUND-BRINQUEDOS DE MADEIRA-CASA DO TARZAN COM DUAS COBERTAS, PONTE, COM DUAS RAMPAS DE ESCALADA, DOIS ESCORREGADORES, PONTE E ESCADA MARINHEIRO						
COMPOSIÇÃO 04		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):	103217/SINAPI (JUNHO/2025)			
		Discriminação do código de referência:	INSTALAÇÃO DE CASINHA DE MADEIRA TRATADA COM RAMPA ESCALADA, ESCORREGADOR E ESCADA MARINHEIRO, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021			
		Unidade:	UN	Custo Unitário:	R\$ 16.620,51	
Quantidade:	1,00					
SEM DESONERAÇÃO						
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI COMPOSIÇÃO	87298	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0064	679,34	4,34
SINAPI COMPOSIÇÃO	102486	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	0,1013	675,07	68,38

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS COMPLEMENTARES

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II

LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

FONTES DE PREÇOS: SINAPI-PE AGOSTO-2025/ ORSE-SE JULHO-2025/COMPOSIÇÕES/ SEM DESONERAÇÃO/ BDI = 20,5%

DATA: OUTUBRO/2025

SINAPI COMPOSIÇÃO	5952	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHI DIURNO. AF_07/2016	CHI	2,5667	23,04	59,13
SINAPI COMPOSIÇÃO	5795	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHP DIURNO. AF_07/2016	CHP	0,2333	23,51	5,48
SINAPI COMPOSIÇÃO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	7,8521	29,85	234,38
SINAPI COMPOSIÇÃO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,9261	24,08	94,54
SINAPI INSUMO	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0048	108,35	0,52
SIURB INSUMO	79820	PLAYGROUND-BRINQUEDOS DE MADEIRA-CASA TARZAN COM RAMPAS ESCALADA, ESCORREGADOR, PONTE E ESCADA MARINHEIRO-COLOCADAS	UN	2,0000	8076,87	16153,74
					Total	16.620,51

ESCORREGO NATURAL COM SUBIDA TIPO ESCALADA, PATAMAR DE MADEIRA TRATADA, ESCORREGO DE METAL E APOIADO EM "MONTE" COBERTO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

COMPOSIÇÃO 05		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):		103215/SINAPI (JUNHO/2025)		
		Discriminação do código de referência:		INSTALAÇÃO DE ESCORREGADOR DE MADEIRA TRATADA, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021		
		Unidade:	UN	Custo Unitário:	R\$ 3.681,45	
		Quantidade:	1,00			
				SEM DESONERAÇÃO		
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI COMPOSIÇÃO	87298	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_08/2019	M3	0,0032	679,34	2,17
SINAPI COMPOSIÇÃO	102486	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	0,0507	675,07	34,22
SINAPI COMPOSIÇÃO	5952	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHI DIURNO. AF_07/2016	CHI	1,2833	23,04	29,56
SINAPI COMPOSIÇÃO	5795	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHP DIURNO. AF_07/2016	CHP	0,1167	23,51	2,74
SINAPI COMPOSIÇÃO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,9342	29,85	87,58
SINAPI COMPOSIÇÃO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,4671	24,08	35,32
SINAPI INSUMO	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0024	108,35	0,26
SIURB INSUMO	038152	ESCORREGADOR EM FERRO PARA PLAYGROUND/JARDIM (1,80X3,00)M	UN	1,0000	3489,60	3489,60
					Total	3.681,45

BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA DE MADEIRA TRATADA, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

COMPOSIÇÃO 06		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):		103196/SINAPI (AGOSTO/2025)		
		Discriminação do código de referência:		INSTALAÇÃO DE BALANÇO DE 2 LUGARES COM ESTRUTURA DE MADEIRA TRATADA, INSTALADO SOBRE SOLO. AF_10/2021		
		Unidade:	UN	Custo Unitário:	R\$ 2.031,04	
		Quantidade:	1,00			
				SEM DESONERAÇÃO		
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coeficiente	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI COMPOSIÇÃO	102486	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	0,1013	675,07	68,38
SINAPI COMPOSIÇÃO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,8708	29,85	115,54
SINAPI COMPOSIÇÃO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,9354	24,08	46,60
SINAPI COMPOSIÇÃO	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	0,0048	108,35	0,52
ORSE INSUMO	13844	BRINQUEDO - BALANÇO DUPLO, MODELO M117, DA LÚDICO BRINQUEDOS INTELIGENTES OU SIMILAR	UN	1,0000	1800,00	1800,00
					Total	2.031,04

Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538

COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS COMPLEMENTARES

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II


LOCALIZAÇÃO: RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037, -35.6014

FONTES DE PREÇOS: SINAPI-PE AGOSTO-2025/ ORSE-SE JULHO-2025/COMPOSIÇÕES/ SEM DESONERAÇÃO/ BDI = 20,5%

DATA: OUTUBRO/2025


PISO SINTÉTICO PARA ATLETISMO, SEM JUNTAS OU EMENDAS, COM DUAS CAMADAS DISTINTAS, SENDO A CAMADA INTERIOR COMPOSTA DE UMA MANTA FLEXÍVEL DE GRÂNULOS PRETOS DE BORRACHA VULCANIZADA SBR 6 MM, AGLOMERADOS COM RESINAS DE POLIURETANO, E A CAMADA SUPERIOR COMPOSTA DE GRANULADO FINO DE BORRACHA EPDM COLORIDO E RESINAS COLORIDAS DE POLIURETANO, COM ESPESSURA TOTAL DE 12MM, TIPO LISOTAN, LISONDA OU SIMILAR.						
COMPOSIÇÃO 07		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):	13.440.0030-0/EMOP (MAIO/2025)			
		Discriminação do código de referência:	REVESTIMENTO DE PISO DE BORRACHA ESPECIAL SBR E GRANULOS DE BORRACHA EPDM,AGLUTINADAS C/POLIURETANO MDI,DE ALTO IMPACTO, PARA ACADEMIAS E AFINS,COLADO SOBRE CONTRAPISO EXISTENTE COM ADESIVO DE POLIURETANO BICOMPONENTE A PROVA D'ÁGUA COM ESPESSURA			
		Unidade:	M2	Custo Unitário:	R\$ 647,18	
		Quantidade:	1,00			
						SEM DESONERAÇÃO
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total
EMOP INSUMO	011174	PISO DE BORRACHA ESPECIAL SBR E GRANULOS DE EPDM, ANTI-IMPACTO, ESPESSURA MEDIA DE 6MM, COLOCADO	M2	1,0500	565,00	593,25
SINAPI COMPOSIÇÃO	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	29,85	29,85
SINAPI COMPOSIÇÃO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	24,08	24,08
					Total	647,18

GRAMA SINTÉTICA EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, GRANULO DE PNEU MAIS AREIA PARA AMORTECIMENTO E PROTEÇÃO UV						
COMPOSIÇÃO 08		Código de referência (origem dos coeficientes da composição):	C4849/SEINFRA (JULHO/2025)			
		Discriminação do código de referência:	GRAMA SINTETICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)			
		Unidade:	M2	Custo Unitário:	R\$ 169,73	
		Quantidade:	1,00			
						SEM DESONERAÇÃO
Fonte	Código	Composição	Unidade	Coefficiente	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI COMPOSIÇÃO	19149	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, GRANULO DE PNEU MAIS AREIA PARA AMORTECIMENTO, DEMARCAÇÃO EM GRAMA SINTETICA NA COR BRANCA, PROTEÇÃO UV E GARANTIA DE 5 ANOS	M2	1,0000	169,73	169,73
					Total	169,73


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA - PE Nº 1821526538

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

9. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538


MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

OBRA: PARQUE INFANTIL ANEXA A CRECHE DO QUILOMBO II – PALMARES/PE, localizada na RUA PROJETADA Q-30, BAIRRO DO QUILOMBO II, PALMARES/PE - COORDENADAS: -8.7037 S, -35.6014 W.


 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:07:29 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:07:29 BRT -8.7037, -35.6014 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>	 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:09:15 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:09:15 BRT -8.7037, -35.6013 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>
<p>FOTO 01</p>	<p>FOTO 02</p>
 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:10:29 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:10:29 BRT -8.7037, -35.6012 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>	 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:08:07 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:08:07 BRT -8.7034, -35.6012 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>
<p>FOTO 03</p>	<p>FOTO 04</p>
 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:11:27 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:11:27 BRT -8.7037, -35.6014 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>	 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:11:35 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:11:35 BRT -8.7037, -35.6014 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>
<p>FOTO 05</p>	<p>FOTO 06</p>
 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:37:20 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:37:20 BRT -8.7037, -35.6014 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>	 <p>Rede: 28 de ago. de 2025, 13:11:35 BRT Local: 28 de ago. de 2025, 13:11:35 BRT -8.7037, -35.6014 Rua G Palmares PE 55540-000 Brasil</p>
<p>FOTO 07</p>	<p>FOTO 08</p>

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560

10. ANEXOS


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA


Paulo Augusto Barbosa
Engenheiro Civil
CREA – PE Nº 1821526538

Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20251412903

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

COMPLEMENTAR à
 PE20251325340
 CO-RESPONSÁVEL à PE20210706293

1. Responsável Técnico

PAULO AUGUSTO BARBOSA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1821526538**

Registro: **1821526538PE**

Empresa contratada: **JUSTO & BRANCO ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA - EPP**

Registro : **0000051506-PE**

2. Dados do Contrato

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES**

CPF/CNPJ: **19.608.720/0001-62**

PRAÇA ISMAEL GOUVEIA

Nº: **270**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **PALMARES**

UF: **PE**

CEP: **55540000**

Contrato: **011/2021-FME**

Celebrado em: **16/11/2021**

Valor: **R\$ 303.940,47**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PROJETADA Q-30

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **QUILOMBO II**

Cidade: **PALMARES**

UF: **PE**

CEP: **55540000**

Data de Início: **30/04/2025**

Previsão de término: **16/11/2025**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES**

CPF/CNPJ: **19.608.720/0001-62**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
18 - Fiscalização		
60 - Fiscalização de obra > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS > DE REQUALIFICAÇÃO > #10.7.1.3 - DE ÁREA REGIONAL	1,00	a
60 - Fiscalização de obra > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.4 - EM MATERIAIS MISTOS	1,00	un
14 - Elaboração		
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.4 - EM MATERIAIS MISTOS	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL ANEXA À CRECHE DO QUILOMBO II, LOCALIZADA EM PALMARES/PE

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____

Local

data



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha

PAULO AUGUSTO BARBOSA

RNP: **1821526538**

Data: **08/10/2025 14:44:30**

PAULO AUGUSTO BARBOSA - CPF: 119.222.094-30

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS PALMARES - CNPJ:
19.608.720/0001-62

9. Informações

* Conforme Art. 4º da Resolução 1025/2009: O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do CREA e o recolhimento do valor correspondente

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pe.sitac.com.br/publico>, com a chave: Wcy7w
 Impresso em: 08/10/2025 às 14:44:30 por: , ip: 191.6.250.5





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20251412903

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

COMPLEMENTAR à
PE20251325340
CO-RESPONSÁVEL à PE20210706293

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 103,03** Registrada em: **03/10/2025** Valor pago: **R\$ 103,03** Nosso Número: **8307954070**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pe.sitac.com.br/publico>, com a chave: Wcy7w
Impresso em: 08/10/2025 às 14:44:31 por: , ip: 191.6.250.5

www.creape.org.br
Tel: (81) 3423-4383

creape@creape.org.br
Fax: (81) 3423-4383



CREA-PE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Pernambuco



Assinado por 1 pessoa: ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560> e informe o código D3DD-C165-E5A7-B560





1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome Civil/Social: CHIARA FRANCISCA CAMPOS DE SOUZA ALVES

CPF: 037.XXX.XXX-09

Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

Nº do Registro: 000A825760

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI16112875I00CT001

Modalidade: RRT SIMPLES

Data de Cadastro: 02/10/2025

Forma de Registro: INICIAL

Data de Registro: 03/10/2025

Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor do RRT

Valor do RRT: R\$125,40

Boleto nº 23132850

Pago em: 03/10/2025

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE

3.1 Serviço 001

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DOS PALMARES

CPF/CNPJ: 19.XXX.XXX/0001-62

Tipo: Órgão Público

Data de Início: 28/09/2025

Data de Previsão de Término: 28/03/2026

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil

CEP: 55540000

Tipo Logradouro: RUA

Nº: S/N

Logradouro: INACIO CARLOS DA ROCHA

Complemento:

Bairro: SANTA CLARA

Cidade/UF: PALMARES/PE

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO

Quantidade: 1.281,77

Atividade: 1.1.2 - Projeto arquitetônico

Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Educacional

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Projetos Arquitetônicos para construção de um parque infantil anexa à creche do Quilombo II, localizada na Rua Projetada Q-30, Quilombo II, Palmares/PE.

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI16112875I00CT001	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DOS PALMARES	INICIAL	02/10/2025

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista CHIARA FRANCISCA CAMPOS DE SOUZA ALVES, registro CAU nº 000A825760, na data e hora: 2025-10-02 15:53:58, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**).





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D3DD-C165-E5A7-B560

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIZÂNGELA MARIA DAS NEVES LOPES (CPF 021.XXX.XXX-71) em 15/01/2026 12:15:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palmares.1doc.com.br/verificacao/D3DD-C165-E5A7-B560>